





RELATÓRIO
DE GESTÃO
2017
2019



*Encontro de Diretores de
Foro, realizado em 13/03/2019
na Subseção Judiciária de
Porto Alegre*





Brasil. Justiça Federal. Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
Relatório de gestão : 2017-2019. – Porto Alegre : SJRS, 2019.

100p. : il.

1. Justiça Federal – Rio Grande do Sul. 2. Administração pública. 3. Gestão. 4. Relatório. I. Título.

CDU 347.993

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Lígia Luz Livi – CRB 10/1276

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

PRESIDENTE

Desembargador Federal
Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz

VICE-PRESIDENTE

Desembargadora Federal
Maria de Fátima Labarrère

CORREGEDOR REGIONAL

Desembargador Federal
Ricardo Teixeira do Valle Pereira

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORA DO FORO

Juíza Federal Daniela Tocchetto Cavalheiro

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Fernando Zandoná

COORDENADOR DA CENTRAL DE MANDADOS

Juiz Federal Substituto Tiago Scherer

COORDENADOR DA CENTRAL DE CONVÊNIOS E CONSULTAS

Juiz Federal Alexandre Gonçalves Lippel

COORDENADOR DA GESTÃO DOCUMENTAL

Juiz Federal Paulo Paim da Silva

COORDENADOR DA OUVIDORIA

Juiz Federal Roger de Curtis Candemil

COORDENADORES DO CEJUSCON

Juíza Federal Ana Inês Algorta Latorre
(23/06/2017 a 31/12/2018)

Juiz Federal Eduardo Tonetto Picarelli
(01/01/2019 em diante)

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

DIREÇÃO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Antônio Cesar Marques de Matos

ASSESSORIA DA DIREÇÃO DO FORO

Jaderson Patrício

GABINETE DE ADMISSIBILIDADE DA
PRESIDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS

Aline da Silva Saraiva Nunes
Camila Stella Maggioni Pastori
Rosaura Klein Hoerlle Borges

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE ASSESSORIA E
INTEGRAÇÃO ADMINISTRATIVA

Luís Felipe Rypf

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO
DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Carolina Mousquer Lima

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Cléverson Tosetto Amaral

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO JUDICIÁRIO

Marco Aurélio Prigol
(29/06/2017 a 30/11/2018)

Fabiana Slongo Coiro
(01/12/2018 em diante)

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO OPERACIONAL

Ivanor Villas Boas

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE CÁLCULOS JUDICIAIS

Marco Antônio Soares Ochoa

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO

Carlos Augusto Legendre Lima

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA

Rita Viera da Rosa
(29/06/2017 a 25/03/2018)

Tassiara Jaqueline Fanck Kich
(26/03/2018 em diante)

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE GESTÃO FUNCIONAL

Aimoré Leal Teixeira

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ana Paula Pires

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

João Carlos Barbosa

DIREÇÃO DA CENTRAL DE MANDADOS DE PORTO ALEGRE

Kátia Lisiane Von Muhlen

(29/06/2017 a 02/12/2018)

Carlos Augusto Brenner Ceia Ramos

(03/12/2018 em diante)

DIREÇÃO DO CEJUSCON DE PORTO ALEGRE

Gisele Lopes

SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BAGÉ

VICE-DIRETORA DO FORO

Juíza Federal Substituta Giane Maio Duarte

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Nilton Luis Iurramendi Sittoni

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BENTO GONÇALVES

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Rodrigo Koehler Ribeiro

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Frederico Valdez Pereira

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Liliane Regina Pavanello

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CACHOEIRA DO SUL

DIRETORA DO FORO

Juíza Federal Gianni Cassol Konzen

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Luis Fernando Xavier Artier

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CANOAS

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Gerson Godinho da Costa

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Enrique Feldens Rodrigues

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Jonatas Lemos Pires

(29/06/2017 a 12/03/2019)

Maria Valéria Grazziotin Dutra

(13/03/2019 em diante)

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAPÃO DA CANOA

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Oscar Valente Cardoso

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Substituto Vinícius Vieira Indarte

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Roberto Adriano Capellari

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CARAZINHO

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal César Augusto Vieira

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Guilherme Maines Caon

SUPERVISORA ADMINISTRATIVA

Lurdes Maria Schüssler

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAXIAS DO SUL

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Murilo Brião da Silva

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Rafael Martins Costa Moreira

DIRETORA ADMINISTRATIVA

Cláudia Fernanda Gobetti Canali

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CRUZ ALTA

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Lúcio Rodrigo Maffassoli de Oliveira

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Odilar Luiz Monegat

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ERECHIM

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Gustavo Schneider Alves

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Luiz Carlos Cervi

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Rodrigo de Mattos

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GRAVATAÍ

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Rodrigo Machado Coutinho

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Selmar Saraiva da Silva Filho

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Luis Roberto da Silva

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE IJUÍ

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Alexandre Arnold

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Jorge Botton

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE LAJEADO

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Mauro Sbaraini

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Andrei Gustavo Paulmichl

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Mirella Ruschel

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE NOVO HAMBURGO

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Eduardo Gomes Philippsen

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Nórton Luís Benites

SUPERVISORA ADMINISTRATIVA

Marisa Kroth Jornada

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PALMEIRA DAS MISSÕES

DIRETORA DO FORO

Juíza Federal Ana Raquel Pinto de Lima

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Substituto Murilo Scremin Czezacki

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Dirceu Ferraresi

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PASSO FUNDO

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal José Luis Luvizetto Terra

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Moacir Camargo Baggio

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Jeferson Rosso

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PELOTAS

DIRETORA DO FORO

Juíza Federal Andréia Castro Dias Moreira

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Cláudio Gonsales Valério

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Charlon Soares dos Santos

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Sergio Renato Tejada Garcia

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Aderito Martins Nogueira Júnior

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Marcelo Guerreiro de Souza

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CRUZ DO SUL

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Eduardo Vandr  Oliveira Lema Garcia

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Adriano Copetti

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Adilson Luis Teixeira

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA MARIA

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Loraci Flores de Lima

DIRETOR DO FORO, EM EXERCÍCIO

Juiz Federal Jorge Luiz Ledur Brito

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Paulo Rodolfo Dellam a

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA ROSA

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Rafael Lago Salapata

VICE-DIRETORA DO FORO

Juíza Federal Paola Goulart de Souza

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Flávio Luis Hofmeister

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Lademiro Dors Filho

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Rafael Wolff

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Paulo Sergio Maia Ferreira

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTIAGO

DIRETORA DO FORO

Juíza Federal Cristiane Freier Ceron

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Paulo Adão Paz da Costa

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTO ÂNGELO

DIRETORA DO FORO

Juíza Federal Iracema Longhi

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Roberto Adil Bozzetto

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Jair Carlos Huttinger

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE URUGUAIANA

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Gustavo Dias de Barcellos

VICE-DIRETORA DO FORO

Juíza Federal Aline Teresinha Ludwig Corrêa de Barros

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Leandro Schnomberger





*Encontro de SAJAs e DAJAs,
realizado em 29/03/2019, na
Subseção Judiciária de Porto Alegre*



MENSAGEM DA GESTORA

Desafios e Conquistas

*Juíza Federal Daniela Tocchetto Cavalheiro
Diretora do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul*

Ao aceitar o desafio de gerir a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, imaginava contar com pessoas honestas, honradas e competentes para me auxiliarem em tal desiderato. Não estava enganada, mas a prática do dia a dia mostrou-me que magistrados, servidores, estagiários, aprendizes e terceirizados desta instituição estavam além do que havia pensado em nível de dedicação e comprometimento para a construção de uma sociedade mais coletiva, colaborativa, solidária e justa.

Contando com material humano tão destacado e rico, foi fácil dar início a construção nova e horizontal de soluções para problemas antigos. As portas da Direção do Foro estiveram abertas e a resposta foi sincronia, cooperação e dedicação do quadro administrativo. A aproximação com as subseções do interior através dos colegas e parceiros juízes diretores, os quais, com incansável espírito público e colaborativo muito ajudaram na solução de questões que por diversas ocasiões ultrapassaram problemas locais, mostrando que a gestão compartilhada efetivamente é o melhor caminho para resultados duradouros. Tenho satisfação de ter conhecido cada um dos servidores pelas cidades onde passei, subseções e Unidades Avançadas e contado com o envolvimento dos Dajas e Sajas

para solução rápida e efetiva tanto de questões cotidianas, quanto complexas, desburocratizando a máquina administrativa em toda Seção Judiciária.

O advento da Emenda Constitucional 95/2016 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 e seguintes, impuseram novas práticas à administração em geral, das quais não excetua-se a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A imposição do limite de teto de gastos e a restrição para novas nomeações de servidores impingiram cortes em despesas discricionárias, cujo orçamento está mais escasso a cada ano, bem como adoção de novas práticas de governança, revisão de fluxos de trabalho, inclusão de gestão de risco e ações inovadoras, buscando alternativas ao cenário da gestão pública.

Foi preciso reinventar a prática administrativa, minimizando ao máximo o impacto negativo das restrições e buscando efetividade no emprego do dinheiro público. O mapeamento dos fluxos até então adotados, tendo como objetivo mais eficiência administrativa e a meta de virar o ano orçamentário sem pendências empenhadas e não executadas, o que compromete o orçamento do ano seguinte, com impacto no limite de gastos, os

conhecidos “restos a pagar”, por si só demandam colaboração e sintonia entre todas as unidades administrativas e compreensão de toda área judiciária.

Os projetos desenvolvidos pela Seção do Planejamento Estratégico e Núcleo de Acompanhamento de Desenvolvimento Humano buscaram atender a aproximação dos usuários e conhecer as necessidades internas. Começando pelo Seminário Ampliado, ainda em 2017 e culminado com a criação do Laboratório de Inovação em 2019. Destaco o programa Saúde e Gestão desenvolvido no NADH, voltado não apenas à magistrados e diretores de secretaria, mas também aos servidores das unidades. O projeto iniciou-se em Porto Alegre e região metropolitana, tendo sido estendido para as subseções do interior, iniciando-se pela vara federal de Bagé.

Partindo das necessidades apontadas, pelas varas da capital e subseções do interior buscou-se a realização de novas obras como a reforma do núcleo de apoio judiciário e transferência da

Biblioteca, criação do espaço inovação, ampliação de salas de perícias e salas de videoconferências, na capital e interior, reforma dos sanitários e criação de espaços multiuso na sede de Porto Alegre e conclusão da novas sedes de Santa Maria e Lajeado, dentre tantos outros que estarão descritas neste relatório. É bom esclarecer que obras que implicam dispêndio de gastos acima de dois milhões de reais precisam de projeto de lei específico para dotação orçamentária, de modo que o início da contratação do projeto e a execução da obra dificilmente se darão em uma única gestão administrativa, como é o caso do ar-condicionado da sede de Porto Alegre, projeto que já iniciado certamente será bem conduzido pelas próximas gestões.

Por certo os desafios se perpetuarão no tempo incitando contínuo aprimoramento da máquina pública. Agradeço imensamente a colaboração de todos em cada uma das conquistas alcançadas e desejo que muitas mais sejam atingidas pelas próximas gestões. Nossa instituição merece seguir destacando-se no cenário nacional dentre os órgãos do Poder Judiciário.



Equipe da Direção do Foro da Seção Judiciária do RS

FICHA TÉCNICA

COORDENADORA

Juíza Federal Daniela Tocchetto Cavalheiro

REDAÇÃO

Rosaura Klein Hoerlle Borges

PROJETO GRÁFICO E DIAMAGRAÇÃO

Eduardo Augusto Sander dos Santos
Marcelo Machado Carlini

COLABORADORES

Camila Stella Maggioni Pastori
Diogo Marques Cabral
Jaderson Patrício
Renata de Souza Dias Gay da Fonseca
Sibele Wolff Garcez
Taís Regina da Silva Chaves
Tassiara Jaqueline Fanck Kich

REVISÃO

Jackeline Bianca Begnis Cardoso
Lígia Luz Livi

TIRAGEM

350 exemplares

Versão eletrônica disponível em:
www.jfrs.jus.br

SUMÁRIO

1. ESTATÍSTICAS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	18
2. CONSTRUÇÃO HORIZONTAL DE SOLUÇÕES	26
3. AÇÕES DESENVOLVIDAS NO BIÊNIO 2017-2019	
3.1. Seminário Ampliado – Novembro/2017	30
3.2. Readequação de Espaço no Núcleo de Apoio Judiciário	30
3.3. Incremento no número de salas de perícias	33
3.4. Renovação da Frota de Veículos Automotores	34
3.5. Contratação do Projeto para o Ar- Condicionado do prédio da Subseção Judiciária de Porto Alegre	35
3.6. Geração de Energia Fotovoltaica nas Subseções de Rio Grande e Novo Hamburgo	36
3.7. Ampliação da Central de Convênios e Consultas	36
3.8. Inauguração da Unidade Avançada de Nova Prata	37
3.9. Inauguração do Espaço Memória em Santo Ângelo	38
3.10. Reformas no prédio da Subseção Judiciária de Passo Fundo	38
3.11. Reformas no prédio da Subseção Judiciária de Novo Hamburgo	41
3.12. Reformas no prédio da Subseção Judiciária de Caxias do Sul	41
3.13. Inauguração da nova sede da Justiça Federal em Santa Maria	41
3.14. Lançamento de Editais de Construção “Built to suit” para as Subseções de Cachoeira do Sul, de Lajeado e de Santana do Livramento	42
3.15. Convênios envolvendo as Unidades Avançadas de São Jerônimo, Alegrete, Itaqui, Vacaria, Jaguarão e São Leopoldo	44
3.16. Projeto Justiça Eleitoral Presente	45
3.17. Criação do Centro Local de Inteligência da Justiça Federal	45
3.18. Alternativa para a nomeação de novos Servidores	46
3.19. Criação do Núcleo de Apoio e Integração Administrativa	46
3.20. Ampliação da Central de Chamados	49
3.21. Realização da Inspeção Administrativa	49
3.22. Criação de Espaço Recreativo para os Terceirizados	49
3.23. Projeto Quiproquó	50
3.24. Descontinuidade do SIAPRO	50
3.25. Renegociação de Contratos de Locação	52
3.26. Reforma dos Sanitários Públicos do Prédio-Sede	53
3.27. Ações culturais da Justiça Federal de Porto Alegre	54
3.28. Convênio com o Banco Central e Ampliação do Estacionamento	56
3.29. Convênio com a Defensoria Pública da União	56
3.30. Constelações Sistêmicas	56
4. HUMANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	
4.1. Promoção da Primeira Infância Melhor	58
4.2. Palestra da Monja Coen	65
4.3. Palestra de Monika Schoproni Cardoso - IMAMA	66
4.4. Palestra do médico J.J. de Camargo	68
4.5. Campanhas Institucionais	71
5. GOVERNANÇA	
5.1. Laboratório de Inovação em Governança	72
6. PROJETOS DA CARTEIRA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	
6.1. Contratação Inclusiva, e Porque Não? – Fase I	74
6.2. Contratação Inclusiva, e Porque Não? – Fase II e Portas para o Futuro	74
6.3. Informatização do Cumprimento de Mandados	77
7. GESTÃO AMBIENTAL	
7.1. Futuridade	78
7.2. Projetos dos Eixos da A3P	80
7.3. Palestra sobre Empreendedorismo	82
8. OUTRAS AÇÕES INSTITUCIONAIS	
8.1. Justiça Inclusiva	84
8.2. Justiça Restaurativa	84
9. GESTÃO DE RISCO	
9.1. Formulário de Gestão de Risco	86
10. NOVO PORTAL NA INTERNET	88
11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	92
12. OUTRAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	94

1. Estatísticas da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

No período compreendido entre 01/07/2017 a 28/02/2019 a Justiça Federal do Rio Grande do Sul teve a distribuição de 535.175 processos novos.

Somente em Porto Alegre, foram realizadas 34.308 perícias, das quais 28.285 no prédio-sede da Justiça Federal de Porto Alegre.

Atualmente estão em tramitação no Rio Grande do Sul 393.277 processos, distribuídos em 25 Subseções Judiciárias e 16 Unidades Avançadas de Atendimento da Justiça Federal, totalizando 82 varas federais, das quais 26 em Porto Alegre.

A instituição conta atualmente com 1.717 servidores, dos quais 647 estão lotados na capital do Estado e 1.070 no interior do Rio Grande do Sul.

O desafio da atual gestão foi trabalhar para que a atividade-fim da instituição – prestação jurisdicional – fosse mantida a despeito do novo regime constitucional instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016.

Uma nova grandeza foi instituída no orçamento anual, que foi o teto de gastos públicos. Por força do teto de gastos, no ano de 2018, executou-se um esforço para a economia de R\$ 10,8 milhões, correspondente a 15% do orçamento discricionário.

A fim de aprimorar a gestão, passou-se a utilizar a ferramenta G4 Administrativo, para possibilitar o acompanhamento de questões específicas da área administrativa, especialmente o desempenho orçamentário, conforme os gráficos constantes das páginas 20 a 24.

Desse modo, a Direção do Foro lançou mão de instrumentos precisos que permitem visualizar a quantidade de aquisições de bens e materiais. Tornou-se possível, ainda, visualizar o consumo de bens e materiais realizado por cada Subseção do Estado do Rio Grande do Sul, melhorando o gerenciamento da aquisição e distribuição dos bens.

É de ressaltar que a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul alcançou o grau de maturidade aprimorado em Diagnóstico de Governança da Justiça Federal iGov JF 2018, tendo atingido a primeira posição na região e oitava posição geral no país (incluídas todas as Seções Judiciárias e Tribunais Regionais Federais), considerados estruturas e funcionamento da rede de governança, gestão de pessoas e da informação, execução da estratégia e da inovação, monitoramento e avaliação de resultados e relação institucional (ver gráfico na pág. 25).

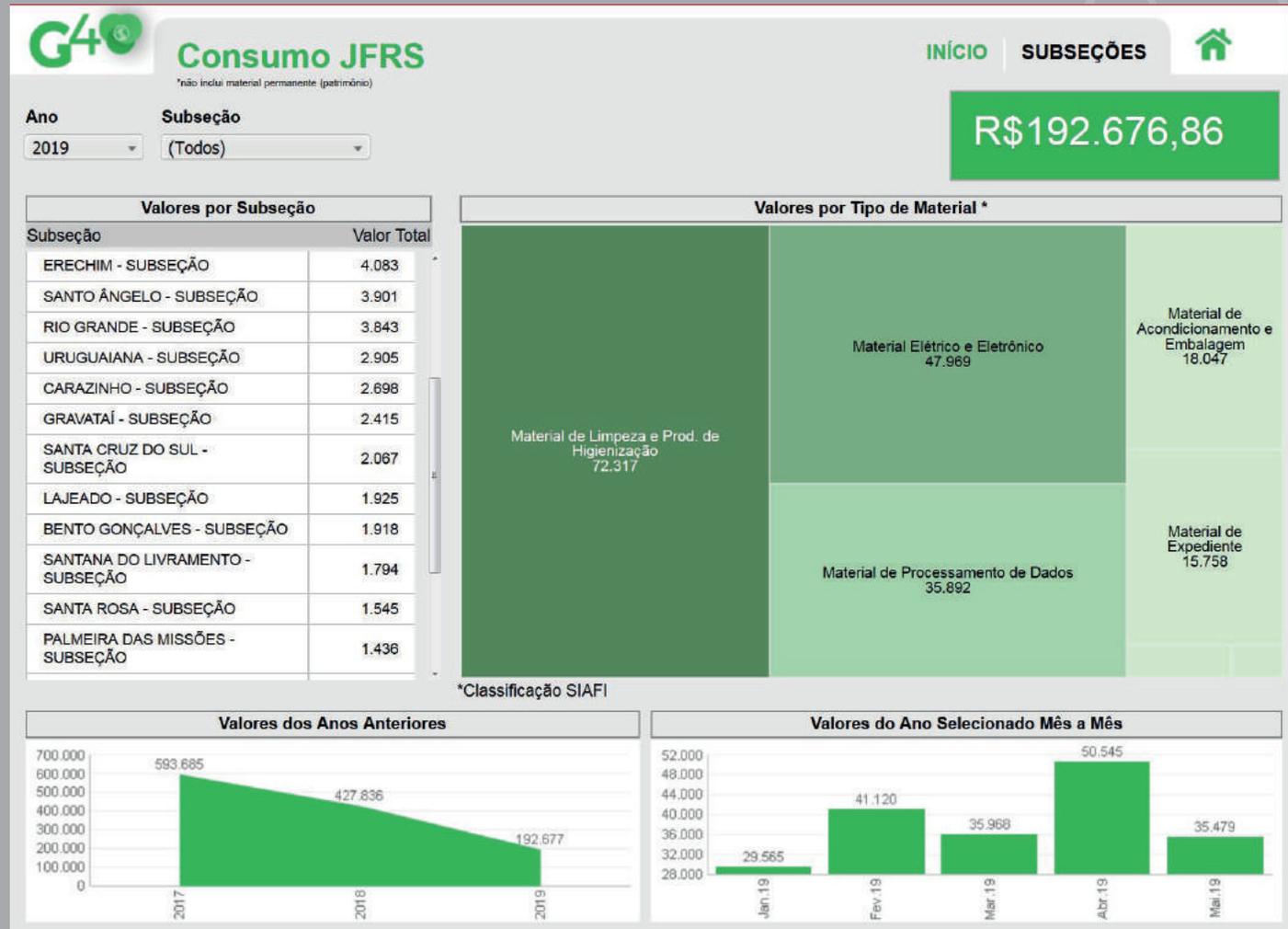


SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RS

25 Subseções
16 Unidades Avançadas de Atendimento
5 Turmas Recursais

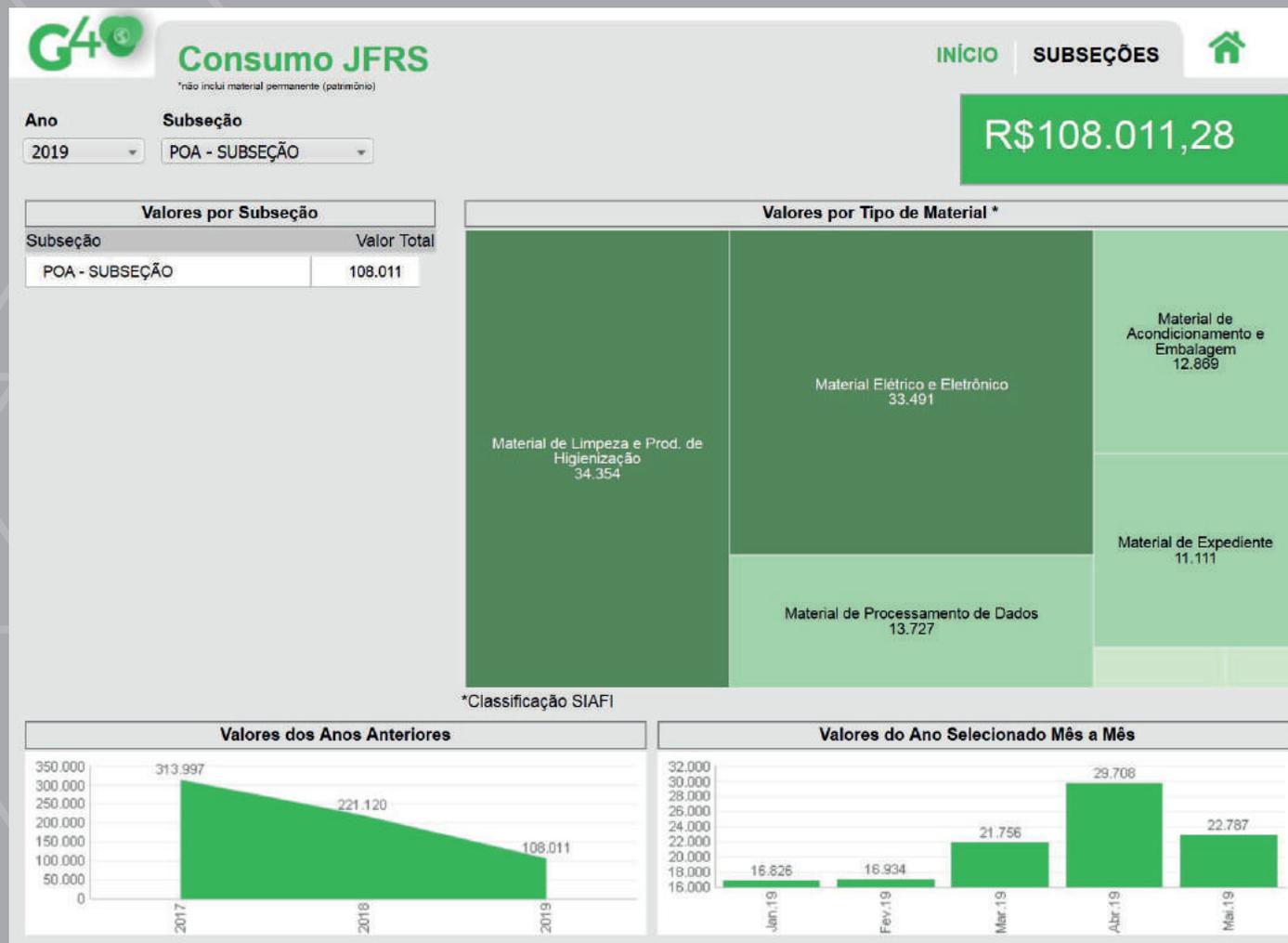
1717 Servidores
167 Magistrados
493 Estagiários

CONSUMO DE MATERIAIS 2019 (SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL)



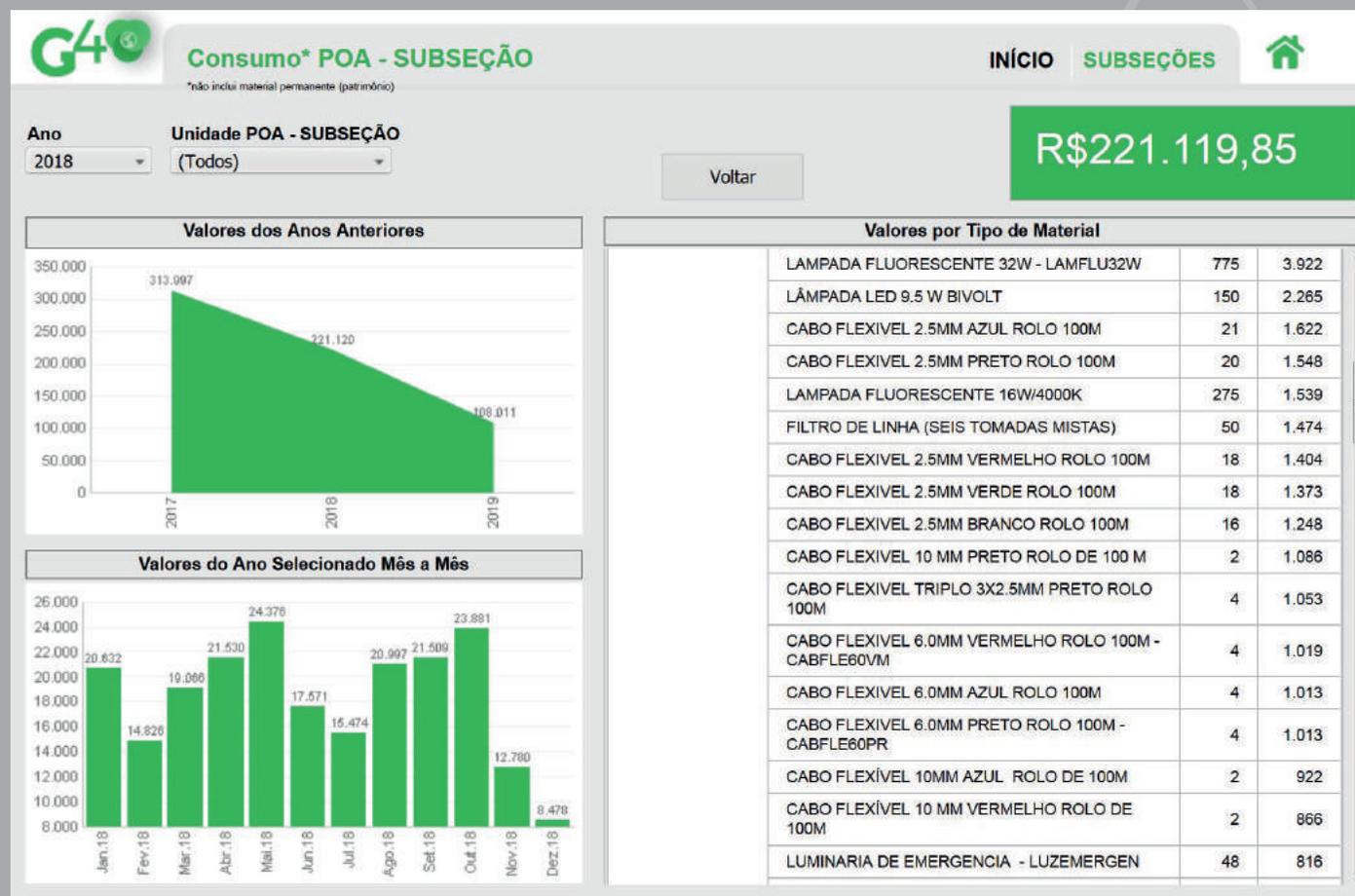
Reprodução da tela da ferramenta G4 - Administrativo ilustrando o consumo de materiais (exceto patrimônio) em toda a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul no ano de 2019 (acessado em 22/05/2019, às 17h01min).

CONSUMO DE MATERIAIS 2019 (SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PORTO ALEGRE)



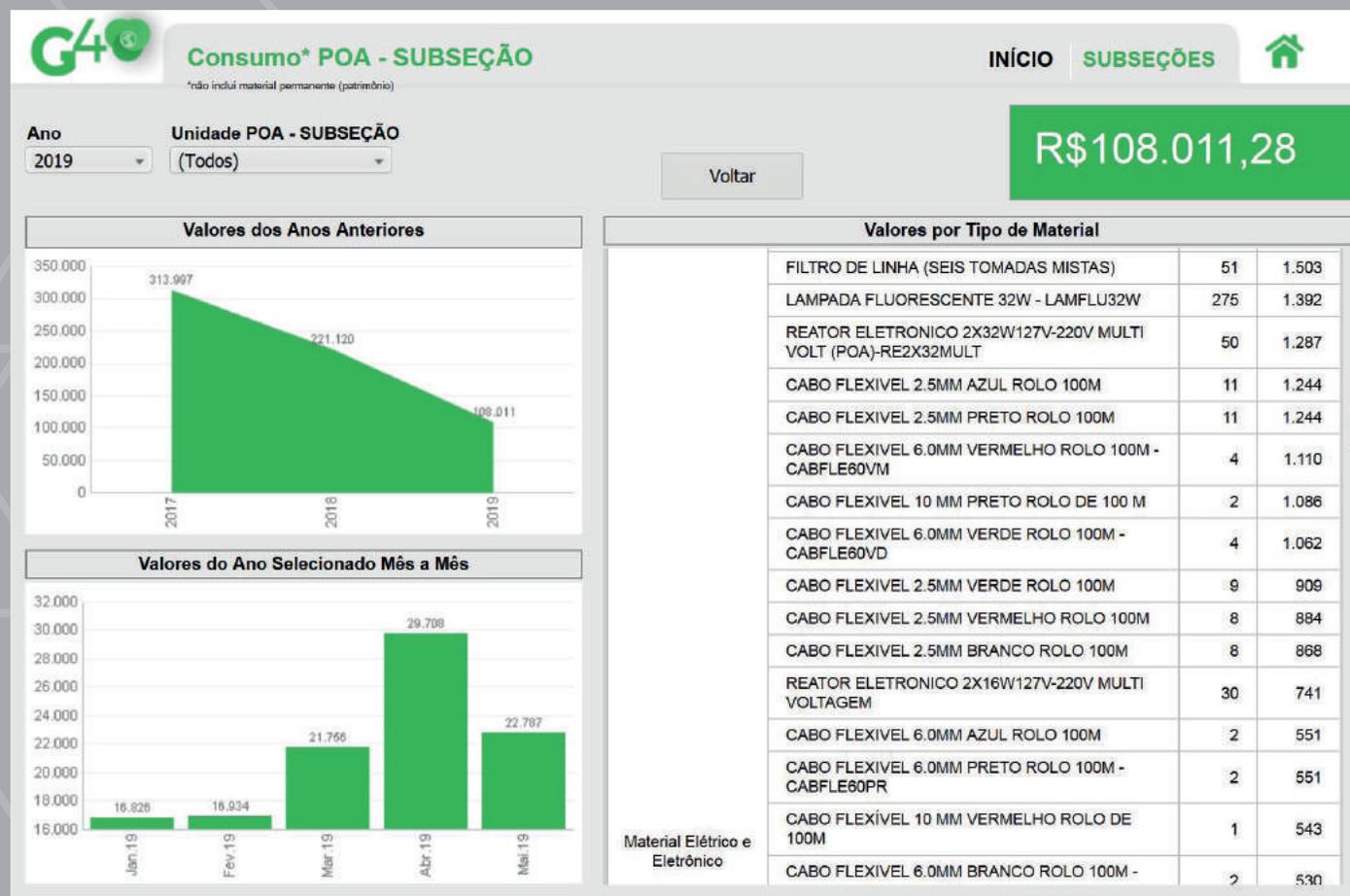
Reprodução da tela da ferramenta G4 - Administrativo ilustrando o consumo de materiais (exceto patrimônio) na Subseção Judiciária de Porto Alegre no ano de 2019 (acessado em 22/05/2019, às 17h09min).

CONSUMO DE MATERIAIS 2018 - POR ITEM (SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PORTO ALEGRE)



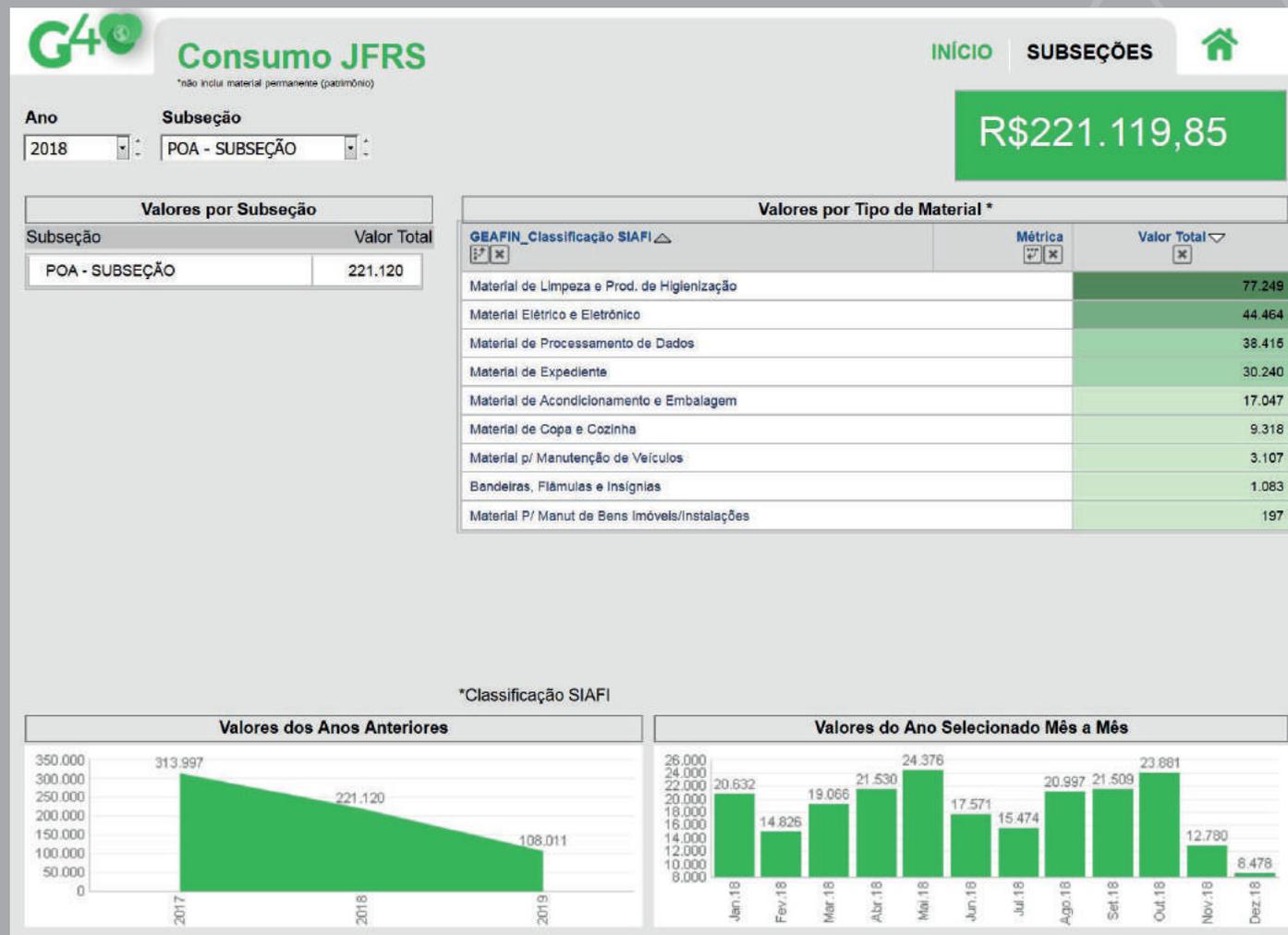
Reprodução da tela da ferramenta G4 - Administrativo ilustrando o consumo de materiais por item (exceto patrimônio) na Subseção Judiciária de Porto Alegre no ano de 2018 (acessado em 22/05/2019, às 17h16min).

CONSUMO DE MATERIAIS 2019 - POR ITEM (SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PORTO ALEGRE)



Reprodução da tela da ferramenta G4 - Administrativo ilustrando o consumo de materiais por item (exceto patrimônio) na Subseção Judiciária de Porto Alegre no ano de 2019 (acessado em 22/05/2019, às 17h17min).

CONSUMO DE MATERIAIS 2018 - POR TIPO (SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PORTO ALEGRE)

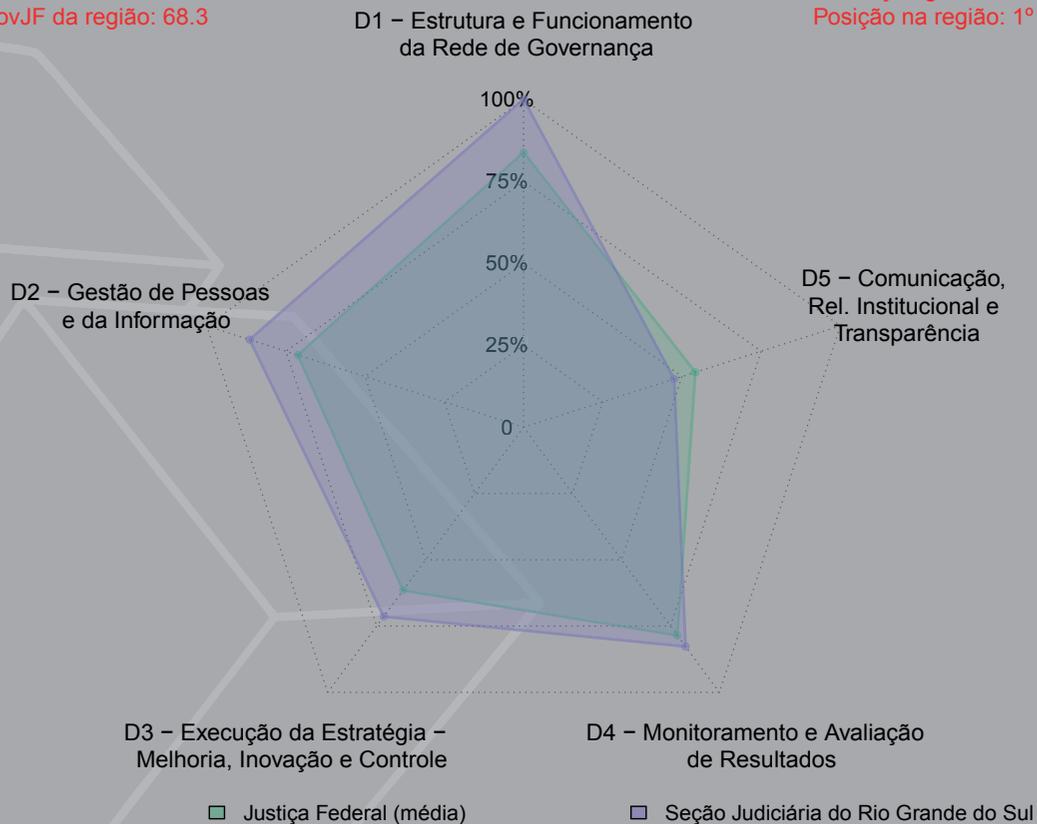


Reprodução da tela da ferramenta G4 - Administrativo ilustrando o consumo de materiais por tipo (exceto patrimônio) na Subseção Judiciária de Porto Alegre no ano de 2018 (acessado em 22/05/2019, às 17h27min).

Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

iGovJF obtido: 79
iGovJF da região: 68.3

Posição geral: 8º Lugar
Posição na região: 1º Lugar



Grau de Maturidade: Aprimorado

	D1	D2	D3	D4	D5
Justiça Federal (média)	83.8	71.2	61.5	78.5	54.2
SJ-RS	100.0	86.4	71.4	82.7	47.5

*Fonte: Observatório da Estratégia - CJF - disponível em:
<https://www.cjfjus.br/observatorio2/temas/governanca> (data de acesso: 21/05/2019, 17h21min)

2. Construção Horizontal de Soluções

A gestão administrativa teve início em 29 de junho de 2017 com o desafio de seguir com o andamento dos projetos existentes e buscando incrementar outras atividades de interesse da Administração, a despeito das limitações decorrentes do novo regime orçamentário instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016.

A tarefa então apresentada somente poderia ser vencida a partir da construção de soluções conjuntas por parte de todos aqueles que compõem a instituição.

A cultura da cooperação já existente na Justiça Federal tornou-se imprescindível para vencer esse desafio. Com essa ideia em mente, cada uma das unidades judiciais de Porto Alegre recebeu a visita de servidor da Direção do Foro para conhecer quais eram as necessidades da unidade.

A partir da integração dos atores envolvidos na prestação jurisdicional ao longo desses dois anos, tornou-se possível a realização de diversos projetos que resultaram em economia de recursos, investimentos em melhoria e modernização de espaços, reformas de manutenção necessárias em prédios de Subseções do interior do Rio Grande do Sul, dentre outros projetos para o aprimoramento da gestão de custos e melhor atendimento ao cidadão.



O Seminário Ampliado, realizado em novembro de 2017, contou pela primeira vez com a participação de agentes externos à Justiça Federal



Em uma primeira etapa, ainda no ano de 2017, colheram-se as mais diversas sugestões e demandas, a maioria das quais atendidas. Muitas outras que surgiram receberam especial atenção, exemplificando-se:

- licitação de projeto para o novo sistema de ar condicionado do prédio de Porto Alegre;
- atendimento de ergonomia nas unidades (realizado através do Programa Saúde @ Postos);
- criação de novas salas de perícia no térreo;
- realização de encontro de diretores de secretaria;
- a troca de aparelho celular do plantão por um aparelho smartphone;
- nova licitação do restaurante;
- nova licitação de serviços terceirizados para todo o Estado do Rio Grande do Sul;
- aquisição de 50 (cinquenta) aparelhos de telefone sem fio;
- nova licitação da telefonia móvel;
- crachá funcional para todos os magistrados, dentre outras.

Além dessa atenção inicial às unidades judiciais da Subseção Judiciária de Porto Alegre, foi encaminhado Ofício aos Diretores de Foro das demais Subseções da Justiça Federal no Rio Grande do Sul para que encaminhassem à Direção do Foro de Porto Alegre o levantamento das demandas de cada local.

Foram realizadas reuniões de Diretores do Foro de forma periódica para tratar das questões atinentes à Administração no período 2017-2019.



Um canal de franca comunicação com servidores e magistrados esteve aberto durante o biênio 2017-2019 para o melhor encaminhamento das questões vividas pela instituição.

Com esse espírito de cooperação, realizou-se o encontro de Diretores de Secretaria e o Seminário Ampliado, o qual ocorreu em novembro de 2017, marcando os desafios estratégicos para o biênio.



Encontro de diretores de Foro no auditório da Subseção Judiciária de Porto Alegre, 13/03/2019

A edição do Seminário Ampliado realizada em novembro de 2017 contou pela primeira vez com a participação de agentes externos à Justiça Federal, a exemplo de universidades, Defensoria Pública da União, Advocacia Geral da União, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público Federal.

A Universidade de Caxias do Sul, interessada nos projetos desenvolvidos pela Justiça Federal, formulou convite para que o Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região realizasse palestra na Faculdade de Direito e para que a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, através da Diretora do Foro, participasse da Semana Acadêmica daquela instituição.

3. Ações Desenvolvidas no Biênio 2017-2019

3.1. Seminário Ampliado: Novembro/2017

Em novembro de 2017 foi realizada a terceira edição do Seminário Ampliado do Planejamento Estratégico. Na primeira, em 2009, um grupo de 80 magistrados e servidores de todas as Subseções analisou o cenário da Justiça Federal e obteve propostas para o enfrentamento dos desafios, tornando-se a base para os Projetos Estratégicos a seguir desenvolvidos. Na segunda, em 2015, que contou com mais de 100 participantes, estimulou-se a aproximação de servidores e magistrados à estratégia da Instituição e trabalhou-se sobre os termos da Missão Institucional na busca de um maior engajamento da atuação das equipes de trabalho com as prioridades estratégicas definidas pela alta administração.

Em 2017, mantida a filosofia do evento, a proposta foi projetar e executar ações para aproximar o corpo funcional à estratégia da Instituição, em formato que privilegiasse a participação ampliada e propiciasse a obtenção de propostas para aprimoramento da gestão administrativa e judiciária, com engajamento de magistrados e servidores nas ações. Também foram integrados atores externos, com discussão e aprofundamento em temas definidos como prioritários para a gestão - sustentabilidade, equalização da demanda, integração com outros órgãos, comunicação com atores externos, centralização de serviços, secretaria única, economia de recursos, preparação para o novo regramento constitucional em matéria orçamentária, qualificação do atendimento ao público.

O evento foi realizado na sistemática de World Café, com 7 temas distintos, distribuídos em 14 mesas (2 para cada tema) com aproximadamente 8 participantes em cada, em rodadas de discussão com troca de mesas para compilação e integração das ideias. As intensas discussões produziram análises e propostas utilizadas para as ações administrativas que se seguiram no biênio 2017/2019.

3.2. Readequação de Espaço no Núcleo de Apoio Judiciário

Logo no início da gestão 2017-2019, o Núcleo de Apoio Judiciário – NAJ solicitou auxílio para a solução de problemas quanto ao ruído oriundo da cafeteria, que ficava instalada próxima àquele setor.

A biblioteca, por ser um lugar silencioso, foi transferida para o térreo, próxima ao Núcleo de Apoio Judiciário, permitindo que houvesse o adequado silêncio para os servidores trabalharem e atenderem o público externo.

Por sua vez, após reforma no 9º andar, a cafeteria passou a ocupar o antigo local da biblioteca, centralizando num mesmo andar os ambientes adequados para as refeições dos funcionários e do público externo, com conforto e uma vista privilegiada para o Lago Guaíba.



*Cafeteria - 9º andar da
Subseção Judiciária de Porto Alegre.
Obra concluída em Janeiro de 2018.*



*Novas salas de videoaudiência,
na ala leste do andar térreo do
prédio-sede em Porto Alegre*

Outra dificuldade inicialmente apresentada pelo NAJ foi o fato de que as salas de videoaudiências estavam distribuídas entre as alas oeste e leste no térreo, impedindo que um único servidor atendesse às audiências que ocorressem no mesmo horário.

A Corregedoria Regional, por sua vez, havia solicitado à Direção do Foro que buscasse formas de aumentar o número de salas de videoaudiências, a fim de tornar a pauta de audiências mais ágil.

Em decorrência disso, realizou-se reforma no andar térreo para aumentar o número de salas de audiências de 3 (três) para 6 (seis) e para que todas elas ficassem concentradas na ala leste, permitindo que um único servidor pudesse prestar o auxílio necessário, ainda que audiências ocorressem no mesmo horário.

3.3. Incremento no número de salas de perícias

Ainda no início da gestão 2017-2019, a 26ª Vara Federal informou a necessidade de aumentar os locais para a realização das perícias médicas no prédio-sede da Justiça Federal de Porto Alegre em razão da grande demanda existente.

A partir dessa necessidade e da necessidade de aumentar o número de salas de videoaudiências disponíveis e de concentrá-las numa mesma ala do prédio, abriu-se o espaço físico necessário para aumentar o número de salas de perícias.

No local em que antes se localizavam duas salas de videoaudiências foram construídas 4 (quatro) novas salas, totalizando 10 (dez) salas de perícias.



Novo espaço da Biblioteca, no andar térreo.



3.4. Renovação da Frota de Veículos Automotores

Realizando levantamento da frota existente da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, verificou-se a necessidade de aquisição de novos veículos e de desfazimento de outros veículos antieconômicos.

Foram encaminhados ao Conselho da Justiça Federal dois processos requerendo autorização para a aquisição de novos veículos, obtendo-se sucesso em ambos os pleitos.

No primeiro deles, o requerimento abrangia a aquisição de sete carros, uma van e quatro SUV'S blindadas, o que foi integralmente deferido pelo Conselho da Justiça Federal. A licitação realizada foi plenamente exitosa.

A contar de 24 de julho de 2018 foram entregues quatro SUV'S marca GM, modelo Trail Blazer LTZ blindadas, essas últimas aptas para a condução de servidores e magistrados que eventualmente se encontrem em situação de risco.

Além desses veículos, a Justiça Federal passou a contar uma van marca Mercedes Benz, modelo Sprinter CDI e sete carros marca Citroën, modelo Aircross Start 1.6.

O segundo pedido de autorização de renovação de frota encaminhado ao CJF apresentou uma inovação: parte do valor dos carros a serem adquiridos deveria ser paga com a dação em pagamento dos carros em situação de desfazimento. O pedido foi aprovado e a licitação realizada foi novamente exitosa.



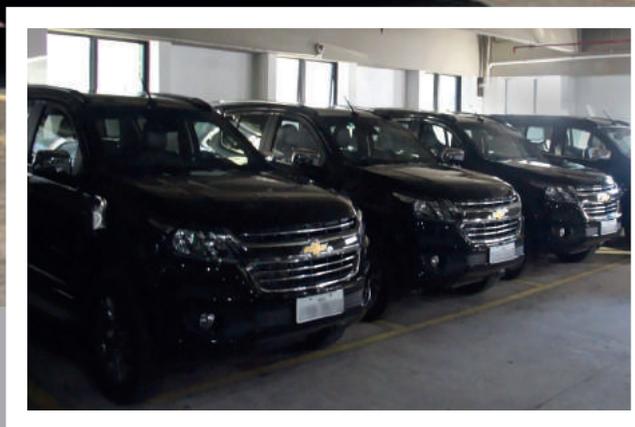
Frota Renovada: Aircross e SUVs blindadas

Foram adquiridos quatro novos carros, tipo Station Wagon ou Monovolume com parte do pagamento em dinheiro e, a outra parte, através da dação em pagamento de veículos automotores que implementaram as condições de desfazimento.

3.5. Ar-condicionado do prédio da Subseção Judiciária de Porto Alegre

Durante a gestão que se encerra, as reclamações em relação ao funcionamento do ar-condicionado do prédio-sede da Subseção Judiciária de Porto Alegre foram recorrentes.

A Administração, diante de um cenário de contingenciamento orçamentário, não teve recursos financeiros para providenciar uma solução definitiva até o final do ano de 2018.



O Núcleo de Planejamento, Orçamento e Finanças sinalizou no final do exercício financeiro de 2018 que haveria disponibilidade orçamentária no ano de 2019 para as obras necessárias para um novo sistema de ar-condicionado.

Desse modo, foi realizada ainda no final do ano de 2018 a licitação para contratação de projeto do novo sistema de ar-condicionado, do qual depende a realização da licitação da obra do ar-condicionado propriamente dito.

Certamente, não há tempo hábil para realizar a integralidade da obra do novo ar-condicionado, mas a atual Administração deixa como legado a finalização do projeto do novo ar-condicionado e os recursos financeiros necessários para a realização das obras que levarão à sua implementação.

3.6. Geração de Energia Elétrica a partir da Luz Solar

Ainda no ano de 2017, a Administração, contando com os engenheiros elétricos da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul e da Seção Judiciária de Santa Catarina, passou a estudar a possibilidade de geração de energia elétrica com a instalação de placas fotovoltaicas nos prédios ou terrenos de propriedade da Justiça Federal.

O exame preliminar apontou que os espaços de propriedade da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul existentes nas cidades de Santo Ângelo, Lajeado, Rio Grande e Novo Hamburgo mereciam um estudo mais aprofundado.

Após visita técnica a cada uma dessas cidades, constatou-se que havia melhores condições técnicas para a instalação de placas fotovoltaicas nos prédios das Subseções Judiciárias de Rio Grande e de Novo Hamburgo, pelo fato de serem prédios próprios e de haver área disponível no pátio dos edifícios que poderia ser aproveitada para tal finalidade.

No decorrer do ano de 2018 foi realizada a licitação com o objeto descrito, que restou exitosa para ambas as cidades. Desse modo, a instalação de placas fotovoltaicas nas Subseções Judiciárias de Rio Grande e de Novo Hamburgo está em andamento, devendo estar finalizada até o final do ano de 2019.

O projeto em pleno funcionamento permitirá que a Justiça Federal seja geradora de energia elétrica a partir dos raios solares, ou seja, de forma sustentável. Com isso, a energia produzida será utilizada no funcionamento dos prédios

respectivos e o excedente poderá ser creditado junto à companhia elétrica, tornando a conta de luz mais baixa para a instituição.

3.7. Ampliação da Central de Convênios e Consultas

A partir da existência de grande demanda nas varas federais com competência para processar e julgar as ações de execução fiscal para a consulta dos sistemas Bacenjud, Renajud, GID-Detran, dentre outros, desenvolveu-se, ainda no biênio 2015-2017, o projeto da Central de Consultas, unidade vinculada ao Núcleo de Apoio Judiciário.

O projeto instituiu a Central mencionada de modo que as demandas das varas de execução fiscal fossem encaminhadas para lá, que passou a realizar tais atos a partir da ordem judicial expedida no processo, obedecendo aos parâmetros determinados no projeto e regulados por Portaria da Direção do Foro.

O sucesso do projeto fez com que os Diretores de Secretaria de Subseções do Interior solicitassem a ampliação do serviço. A equipe do Projeto, então, definiu parâmetros essenciais para a ampliação, com base na experiência adquirida durante a implementação do projeto inicial.

Os principais parâmetros se referem à centralização de serviços, à adesão estrita aos fluxos de trabalho estudados e definidos no Projeto, à necessidade de treinamento dos participantes, à implantação escalonada e ao funcionamento de robôs do INFOJUD. As Subseções de Gravataí, Capão da Canoa, Caxias do Sul – com as Unidades Avançadas de Atendimento de Gramado e Vacaria – e Passo Fundo destacaram servidores para atuação

exclusiva na CECON e aderiram à proposta, estando totalmente integradas e usufruindo do benefício de grande agilidade no tempo de processamento dos feitos que demandam consultas e constrações.

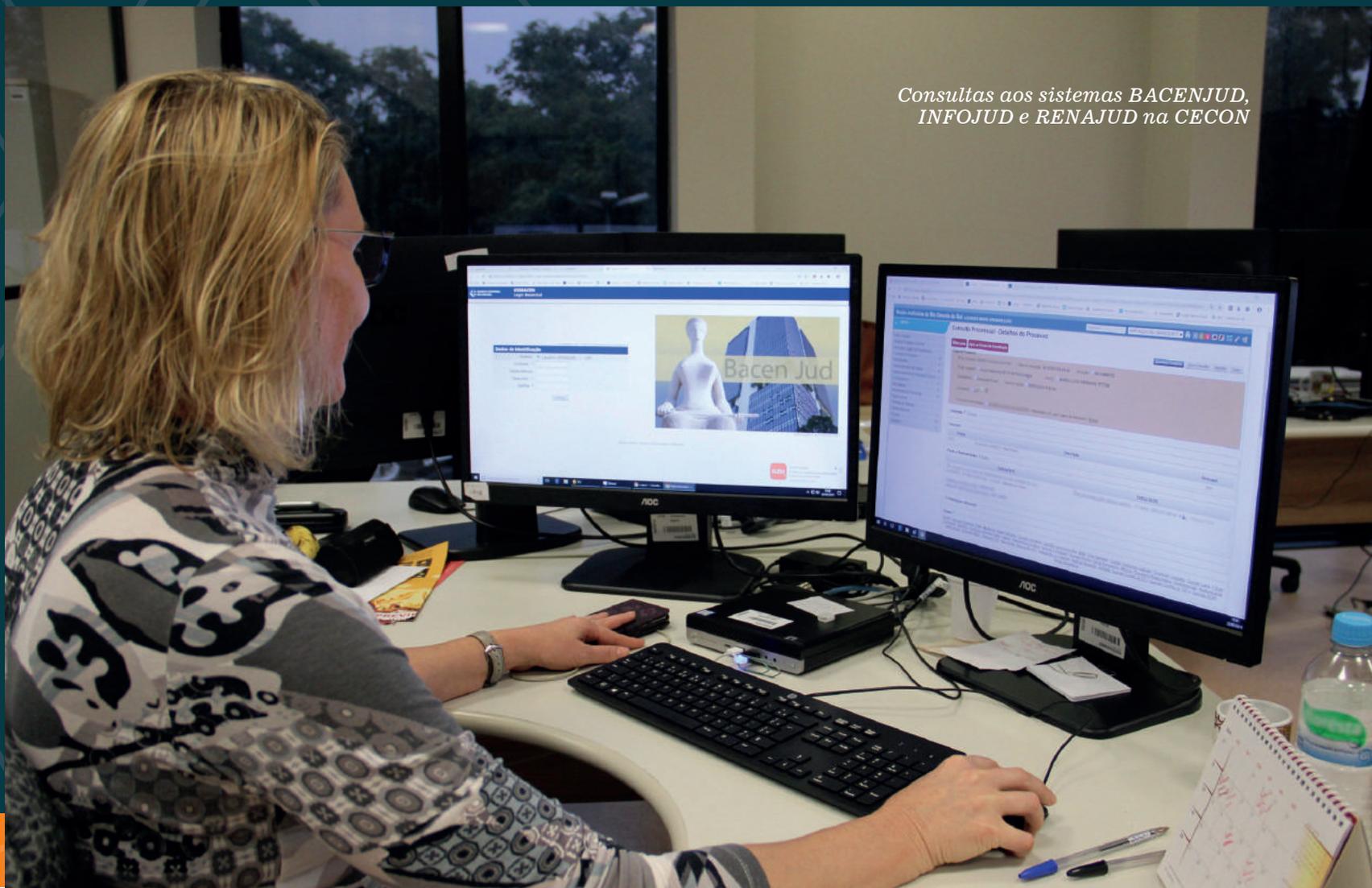
3.8. Unidade Avançada de Nova Prata

A cidade de Nova Prata postulava há bastante tempo receber uma unidade avançada da Justiça

Federal. A partir de inúmeras tratativas ao longo de mais de 3 anos, foi possível conciliar o interesse dos cidadãos do município de Nova Prata com o orçamento disponível da Prefeitura daquela cidade e a disposição dos servidores e magistrados da Subseção Judiciária de Bento Gonçalves, que passaram a ser responsáveis pelo gerenciamento dos processos daquela UAA.

Desse modo, em 25 de outubro de 2017 foi inaugurada a Unidade Avançada de Atendimento de Nova Prata.

Consultas aos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD na CECON



3.9. Inauguração do Espaço Memória em Santo Ângelo

A partir do trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Documentação e Memória- NDOC e tendo em vista a grandiosa história da cidade de Santo Ângelo, sede de uma das mais antigas Subseções Judiciárias do Rio Grande do Sul, evidenciou-se a necessidade de criar um espaço de memória na Justiça Federal daquela cidade.

O Espaço foi inaugurado com a abertura exposição “Traçados da Justiça Federal na Capital das Missões”.

3.10. Reformas no prédio da Subseção Judiciária de Passo Fundo

A Subseção Judiciária de Passo Fundo, na primeira reunião de Diretores de Foro realizada, apontou dificuldade encontrada pelos servidores e magistrados da 4ª Vara Federal daquela cidade, em face das precárias instalações em que se encontravam para trabalhar. Relatou, ainda, problemas no elevador que serve ao prédio daquela Subseção.

Em razão disso, o Núcleo de Apoio Operacional foi acionado para buscar soluções aos problemas apontados. Com o estudo realizado pelos engenheiros daquele núcleo, foi possível readequar as instalações da 4ª Vara Federal sem comprometer o orçamento do ano fiscal de 2018 e readequar o elevador que atende ao prédio daquela Subseção.





JUSTIÇA FEDERAL
 SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTO ÂNGELO

4º andar	4º andar
3º andar	3º andar
2º andar	2º andar
T	T

4º andar: Sala de Audiência, Sala de Expediente, Sala de Registro, Sala de Arquivo, Sala de Expediente, Sala de Registro, Sala de Arquivo, Sala de Expediente, Sala de Registro, Sala de Arquivo.
 3º andar: Sala de Audiência, Sala de Expediente, Sala de Registro, Sala de Arquivo, Sala de Expediente, Sala de Registro, Sala de Arquivo, Sala de Expediente, Sala de Registro, Sala de Arquivo.
 2º andar: Sala de Audiência, Sala de Expediente, Sala de Registro, Sala de Arquivo, Sala de Expediente, Sala de Registro, Sala de Arquivo, Sala de Expediente, Sala de Registro, Sala de Arquivo.
 T: Sala de Expediente, Sala de Registro, Sala de Arquivo, Sala de Expediente, Sala de Registro, Sala de Arquivo, Sala de Expediente, Sala de Registro, Sala de Arquivo.

Patrimônio Histórico e Cultural

Santo Ângelo: um pouco

O Brasil durante a Primeira República (1889-1930) foi agitado por MOVIMENTOS E REVOLUÇÕES que demonstraram a insatisfação com as políticas do governo federal e a exaltação da República. O Estado do Rio Grande do Sul, privilegiado ao ter o movimento revolucionário iniciado no estado. Em 1903-1904, ocorreu a denominada Revolução Federalista, e seguiu a República em 1922, de 1934 a 1937, tornando-se o movimento mais conhecido como Coluna Prestes ou pelo nome de seu líder: Coluna Prestes.

A Coluna Prestes foi um movimento popular que, entre os anos de 1924 a 1927, percorreu o interior do governo dos presidentes Artur Bernardes e Washington Luís, e teve como palco o estado de São Paulo. O movimento foi liderado por Júlio de Mesquita Filho, Paulo de Tarso e do Rio Grande do Sul, além de líderes "transgênicos".

O Inar de Sepé
 O Inar de Sepé é um dos pontos turísticos mais importantes da cidade de Santo Ângelo. Foi construído em 1763, durante o domínio português, e é considerado um dos pontos turísticos mais importantes da cidade.

Tracados
 da Justiça Federal
 na Capital das Missões

Movimentos e Revoluções

O Brasil durante a Primeira República (1889-1930) foi agitado por MOVIMENTOS E REVOLUÇÕES que demonstraram a insatisfação com as políticas do governo federal e a exaltação da República. O Estado do Rio Grande do Sul, privilegiado ao ter o movimento revolucionário iniciado no estado. Em 1903-1904, ocorreu a denominada Revolução Federalista, e seguiu a República em 1922, de 1934 a 1937, tornando-se o movimento mais conhecido como Coluna Prestes ou pelo nome de seu líder: Coluna Prestes.

Um grupo das histórias de homens e mulheres que fizeram os caminhos do Brasil acompanhando a Coluna, desde a capital missioneira, até os pontos estratégicos e processos que evidenciam sua luta e gestões, estabelecendo para sempre conquistas e realizações.

Um grupo das histórias de homens e mulheres que fizeram os caminhos do Brasil acompanhando a Coluna, desde a capital missioneira, até os pontos estratégicos e processos que evidenciam sua luta e gestões, estabelecendo para sempre conquistas e realizações.

A revolução Aos rio-gran

A revolução Aos rio-gran...

Tracados
 da Justiça Federal
 na Capital das Missões

Memorial do Rio Grande do Sul

O Brasil durante a Primeira República (1889-1930) foi agitado por MOVIMENTOS E REVOLUÇÕES que demonstraram a insatisfação com as políticas do governo federal e a exaltação da República. O Estado do Rio Grande do Sul, privilegiado ao ter o movimento revolucionário iniciado no estado. Em 1903-1904, ocorreu a denominada Revolução Federalista, e seguiu a República em 1922, de 1934 a 1937, tornando-se o movimento mais conhecido como Coluna Prestes ou pelo nome de seu líder: Coluna Prestes.

Tracados
 da Justiça Federal
 na Capital das Missões

Espaço Memória da Subseção Judiciária de Santo Ângelo foi aberto ao público com a mostra "Tracados da Justiça Federal na Capital das Missões"



*Nova sede da Justiça Federal
em Santa Maria,
inaugurada em 08/06/2018*

3.11. Reformas no prédio da Subseção Judiciária de Novo Hamburgo

O prédio da Subseção Judiciária de Novo Hamburgo apresentava infiltrações, o que ensejou um planejamento de longo prazo para os reparos que se faziam necessários.

Em razão disso, foram realizadas três contratações em que foram concebidas as soluções de estanqueidade externa do imóvel da Subseção Judiciária de Novo Hamburgo, assim como foram promovidas melhorias na fixação dos quadros móveis das esquadrias existentes nestas fachadas. A conclusão destes projetos se deu no dia 12/07/2017. A terceira contratação ocorreu como forma de solucionar os demais problemas de estanqueidade externa daquele imóvel e está em andamento.

3.12. Reformas no prédio da Subseção Judiciária de Caxias do Sul

A Subseção Judiciária de Caxias do Sul, ainda no início da gestão 2017-2019, apresentou como demandas a necessidade de manutenção na fachada do prédio e a readequação das salas de perícia.

O Núcleo de Apoio Operacional foi acionado e mesmo com as restrições orçamentárias, foi possível realizar a manutenção necessária no prédio e a reforma da sala de perícias.

3.13. Inauguração da nova sede da Justiça Federal em Santa Maria

A Subseção Judiciária de Santa Maria enfrentava uma situação difícil visto que suas instalações estavam distribuídas em três prédios distintos. Em razão disso, em biênios anteriores, iniciaram-se estudos para a construção de uma nova sede que pudesse abrigar todas as unidades daquela subseção. Foi realizada licitação para a construção de prédio pelo sistema “Built to suit”, a qual resultou exitosa.

O novo prédio foi inaugurado na presente gestão, na data de 08 de junho de 2018, contando com a presença do Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, desembargador federal Thompson Flores, da diretora do Foro da Seção Judiciária, juíza federal Daniela Tocchetto Cavalheiro, do Prefeito Municipal Jorge Pozzobom, da procuradora Geral do Município de Santa Maria, Rossana Boeira, do secretário de Mobilidade Urbana, João Ricardo Vargas, entre outras autoridades civis e militares de Santa Maria.



3.14. Editais de Construção “Built to suit” para as Subseções de Cachoeira do Sul, de Lajeado e de Santana do Livramento

3.14.1. Construção “Built to suit” para a Subseção de Cachoeira do Sul

A Subseção Judiciária de Cachoeira do Sul encaminhou pedido de alteração de sua sede. Após estudos realizados pelo Núcleo de Apoio Operacional, o Núcleo de Apoio Administrativo produziu o edital de chamamento.

Devido às dificuldades orçamentárias enfrentadas pela Justiça Federal ao longo do biênio 2017-2019, houve necessidade de adiamento da assinatura do protocolo de intenções para a construção do prédio sob o sistema “Built to Suit”.

Desse modo, o protocolo de intenções foi firmado no primeiro semestre de 2019, com previsão de que o novo prédio esteja pronto no prazo de doze meses da data da assinatura do protocolo mencionado.

3.14.2. Construção “Built to suit” para a Subseção de Lajeado

A Subseção Judiciária de Lajeado pleiteou uma nova sede para se fixar com o intuito de melhorar as condições de assistência ao jurisdicionado.

Após estudos, foi publicado o edital de chamamento de construtores. A partir de então,

a Subseção de Lajeado passou a visualizar a concretização da sua nova sede, contando com o apoio da Comissão da Julgadora e dos servidores designados como gestores da obra, além do Núcleo de Apoio Operacional e do Núcleo de Apoio Administrativo.

O desenvolvimento do projeto ocorreu conforme programado, sendo a nova sede da Justiça Federal em Lajeado inaugurada em 13 de junho de 2019.

3.14.3. Construção “Built to suit” para a Subseção de Santana do Livramento

A Subseção Judiciária de Santana do Livramento oficiou a Direção do Foro manifestando interesse em mudar sua sede naquela cidade, a fim de se tornar mais acessível ao jurisdicionado.

No curso dos estudos para a elaboração de edital de chamamento e em razão do Projeto Institucional Futuridade (ver item 7.2.6), Eixo Construções Sustentáveis, verificou-se a possibilidade de realizar edital de chamamento para o prédio de Santana do Livramento que contivesse os requisitos da Agenda A3P.

Com isso, foi publicado edital de chamamento com requisitos de sustentabilidade e de acessibilidade, dentre os quais destacam-se gestão da água, jardim produtivo, cobertura e fachadas verdes, geração de energias alternativas e elevador sustentável.

O protocolo de intenções foi assinado no primeiro semestre de 2019, com prazo de realização e entrega da obra em 18 meses.

Finalização da obra da nova sede da Justiça Federal em Lajeado.

Inauguração: 13/06/2019.



3.15. Unidades Avançadas de Atendimento da Justiça Federal

3.15.1. São Jerônimo

O convênio firmado entre a Justiça Federal e a Prefeitura Municipal de São Jerônimo para o pagamento do aluguel do espaço em que está instalada a UAA de São Jerônimo tinha previsão de expirar no biênio 2017-2019.

Após tratativas da Direção do Foro com o Prefeito Municipal daquele município, foi possível renovar o convênio firmado. A UAA de São Jerônimo foi transferida de local e o Município manteve o pagamento do aluguel do espaço em que está instalada, além de manter dois estagiários para o atendimento naquele local.

3.15.2. Alegrete, Itaqui e Vacaria

As unidades avançadas de atendimento de Alegrete, Itaqui e Vacaria, a partir de convênio com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, passaram a ocupar espaços dentro do foro estadual dos municípios respectivos.

A partir desse convênio, a Justiça Federal pode reduzir o custo de manutenção daquelas unidades, dispensando o pagamento de aluguel em cada uma daquelas cidades.

3.15.3 Alegrete, Itaqui, Jaguarão e São Leopoldo

Em face da dificuldade de encontrar servidores para atender nas unidades avançadas de Alegrete, Itaqui, Jaguarão e São Leopoldo, contactou-se o Comando Militar do Sul, que possui unidades militares em cada uma daquelas cidades.

O interesse em estabelecer um convênio entre as instituições foi mútuo. Dessa feita, o Comando Militar do Sul e a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul firmaram o Acordo de Cooperação, segundo o qual o Comando Militar do Sul designou efetivo para ser treinado pelas unidades judiciais responsáveis por cada UAA.

Com isso, Jaguarão e São Leopoldo contam com auxílio de soldados do exército no atendimento das suas respectivas unidades avançadas, sob a supervisão dos servidores da Justiça Federal de Novo Hamburgo.

As cidades de Alegrete e de Itaqui passaram a contar com o auxílio de sargentos no atendimento das respectivas unidades avançadas de atendimento a partir de abril de 2019, após a realização do treinamento dos militares por servidores da Subseção Judiciária de Uruguaiana.

3.16. Justiça Eleitoral Presente

No final de 2017, em razão da proximidade do ano eleitoral em 2018 e consciente do trabalho que a Justiça Eleitoral estava realizando para o cadastramento biométrico da população, a Direção do Foro contatou aquela instituição propondo que o projeto desenvolvido por eles - Justiça Eleitoral Presente - viesse até a Justiça Federal de Porto Alegre.

Com isso, encaminhou-se informativo às instituições que se localizam ao longo e no entorno do quarteirão administrativo da Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha e realizou-se divulgação no portal da Justiça Federal na internet, a fim de permitir que os cidadãos agendassem seu cadastramento biométrico durante o período em que a Justiça Eleitoral estivesse atendendo no prédio-sede da Justiça Federal de Porto Alegre.

A iniciativa buscou trazer conforto à população para o cumprimento de uma obrigação perante a Justiça Eleitoral. Foram atingidos pela iniciativa cidadãos e servidores públicos do Poder Judiciário Federal, da Receita Federal, da Câmara de Vereadores, do IBGE, do Departamento Nacional de Produção Mineral, do INCRA, do Serpro e do Ministério Público Federal, que puderam agendar um horário que lhes fosse conveniente para realizar o cadastramento biométrico, sem a necessidade de um maior deslocamento.

3.17. Centro Local de Inteligência da Justiça Federal

A Portaria CJF 369/2017 instituiu o Centro Nacional e Local de Inteligência da Justiça Federal, a partir da Resolução CNJ 235/2016.

Em razão disso, a Justiça Federal do Rio Grande do Sul instituiu o Centro Local de Inteligência Processual da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, nos termos da Portaria 717/2018, alterada pela Portaria 767/2018.

A equipe de trabalho da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul apresentou ao Centro Nacional de Inteligência a experiência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Sul quanto ao manejo do acervo processual relativamente ao Tema 810, do Supremo Tribunal Federal.

O Centro Nacional de Inteligência recomendou a aplicação do procedimento adotado pelas Turmas Recursais do Rio Grande do Sul nos demais Juizados do país, consoante Nota Técnica 07/2018 – Desdobramentos do Tema 810 do STF.

Atualmente, a Resolução CJF 499/2018 regula o Centro Nacional e os Centros Locais de Inteligência da Justiça Federal.

O Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal reuniu-se novamente em fevereiro de 2019, oportunidade em que se deliberou sobre a produção de um livro com artigos sobre as iniciativas de cada Centro Local de Inteligência da Justiça Federal.

3.18. Novos Servidores

Desde o início da gestão 2017-2019, a Direção do Foro foi abordada com pedidos de mais servidores pelas unidades. Infelizmente, com a nova ordem constitucional instituída pela Emenda Constitucional nº 95/2016, a nomeação de servidores passou a depender de uma série de circunstâncias.

Agravando o problema de reposição de força de trabalho, há o incremento de aposentadorias e a expiração da validade do último concurso público realizado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Como medida para amenizar essa última situação, a Direção do Foro encaminhou pedido ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região para que fosse possível o aproveitamento de outros concursos vigentes, realizados para o provimento de cargos da mesma carreira, nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União

Em janeiro de 2019, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região autorizou a realização de tal procedimento, ocasião em que o Núcleo de Gestão Funcional passou a trabalhar para, diante da possibilidade de nova nomeação de servidor, chamar candidatos aprovados no concurso do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

Em maio de 2019, foi empossado o primeiro servidor oriundo do concurso do TRE-RS, no cargo de Técnico Judiciário - Tecnologia da Informação.

3.19. Núcleo de Apoio e Integração Administrativa

Conforme o trabalho foi sendo desenvolvido ao longo do biênio 2017-2019, constatou-se que as Subseções Judiciárias do interior do Estado do Rio Grande do Sul contavam com o auxílio do Supervisor Administrativo Judiciário – SAJA, responsável por fiscalizar contratos e dar o mais variado suporte à Direção do Foro local e à Direção do Foro de Porto Alegre quanto aos assuntos administrativos que estão centralizados na capital.

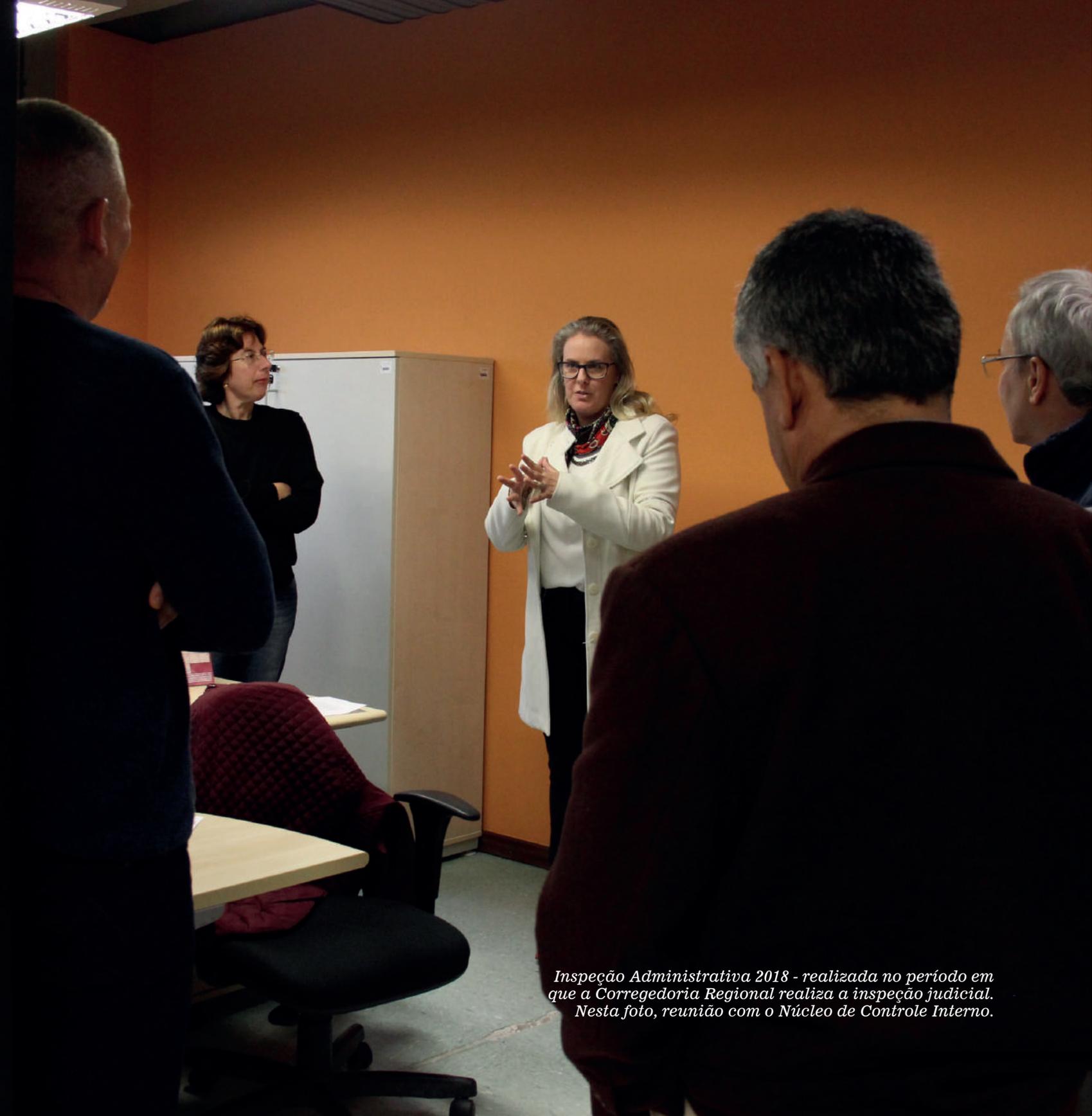
Em Porto Alegre, todavia, a gestão de contratos e outros aspectos práticos do dia-a-dia administrativo estavam distribuídos nos mais diversos núcleos administrativos.

A fim de melhorar o gerenciamento da gestão de contratos e de outros aspectos administrativos, criou-se o Núcleo de Apoio e Integração Administrativa – NAIA.

Os contratos do restaurante, da cafeteria, de terceirizados de limpeza e conservação, de correios, malote, dentre outros, passaram a ser de responsabilidade do Núcleo de Apoio e Integração Administrativa. Além disso, os Supervisores Administrativos e Judiciários das Subseções do interior do Estado passaram a contar com o apoio desse núcleo para os mais diversos assuntos.



Posse de novas servidoras



Inspeção Administrativa 2018 - realizada no período em que a Corregedoria Regional realiza a inspeção judicial. Nesta foto, reunião com o Núcleo de Controle Interno.

3.20. Central de Chamados

A Central de Chamados existe na intranet há um bom tempo e sempre fora utilizada para os chamados e suporte na área de informática.

Com o intuito de agilizar os mais diversos pedidos formulados pelos usuários das unidades de Porto Alegre, a Central de Chamados foi ampliada para atender a pedidos direcionados ao Núcleo de Apoio Operacional, ao Núcleo de Apoio e Integração Administrativa e ao Núcleo de Apoio Judiciário.

Desse modo, com alguns cliques a partir da intranet, o usuário pode requerer desde troca de lâmpadas, manutenção de descarga de banheiro, solicitação de suporte para o Eproc, além dos serviços já disponíveis anteriormente de suporte de informática.

A ampliação da Central de Chamados permite que cada núcleo gerencie com mais agilidade cada pedido direcionado ao núcleo e que o Diretor da Secretaria Administrativa possa acompanhar o atendimento das solicitações mediante relatório estatístico.

3.21. Inspeção Administrativa

A partir do ano de 2018, a Direção do Foro, em conjunto com o Diretor da Secretaria Administrativa, passou a realizar a Inspeção dos Setores Administrativos, no período em que a Corregedoria Regional realiza a inspeção judicial.

Esse novo acompanhamento teve por objetivo escutar cada núcleo administrativo, desde

o diretor até os servidores, para avaliar o funcionamento de cada setor, o fluxo de trabalho desenvolvido e a comunicação entre os núcleos.

O sucesso da inspeção administrativa resultou na elaboração do Projeto Quiproquó, a partir da constatação da necessidade de melhorar o fluxo de trabalho entre os setores de um mesmo núcleo ou entre atividades que abrangiam mais de um núcleo, como por exemplo, Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano e Núcleo de Gestão Funcional.

3.22. Criação de Espaço Recreativo para os Terceirizados

Pensando no bem-estar dos trabalhadores terceirizados do prédio da Subseção Judiciária de Porto Alegre, que não dispunham de espaço para repouso nos intervalos de descanso durante a jornada de trabalho, a Direção do Foro preocupou-se em buscar alternativas que acolhessem os trabalhadores.

As maiores dificuldades encontradas foram a ausência de espaço físico disponível no prédio da Justiça Federal de Porto Alegre e as restrições orçamentárias decorrentes da Emenda Constitucional nº 95/2016. Esta última, impedindo investimento de maior valor, seja qual fosse a solução encontrada.

A despeito disso, foi possível à Administração adequar um espaço localizado próximo ao prédio (e ao refeitório dos terceirizados), que passou a servir de abrigo àqueles trabalhadores no período de repouso intrajornada.

3.23. Projeto Quiproquó

O Projeto Estratégico Quiproquó, versão aportuguesada da expressão latina *quid pro quo*, ou isto por aquilo, tratou de definir programa e diretrizes para troca/acompanhamento do trabalho em outra unidade, mirando no benefício de ampliação da conscientização sobre a conexão entre as diversas atividades, do sentimento de pertencimento em relação ao serviço público, do cuidado com o próprio trabalho e seus efeitos no trabalho do outro, da interdependência, da percepção do resultado do trabalho de cada um.

O Projeto Estratégico Quiproquó teve início a partir de discussões para a realização da inspeção administrativa e foi desenvolvido com o apoio da Seção de Planejamento e Gestão Estratégica, da Direção do Foro.

Foi realizada experiência piloto entre unidades administrativas, com avaliações amplamente positivas entre os participantes – SEI 4463277. Foi percebido, como retorno, o ganho de empatia por todos os participantes, tendo o formato facilitado os contatos entre as unidades, por favorecer a comunicação e aproximar as pessoas. Os encontros foram aproveitados, inclusive, para melhorar fluxos de trabalho.

A partir de então, a iniciativa foi ampliada para agregar unidades judiciárias, já tendo sido realizada experiência entre a Central de Mandados e a 16ª Vara Federal (competência para processar e julgar as ações de execução fiscal).

Atualmente o projeto está em andamento com a Central de Mandados e a 19ª Vara Federal, e a Central de Mandados e a 23ª Vara Federal, ambas unidades com competência para processar e julgar as ações de execução fiscal.

Pretende-se, dessa forma, que os oficiais de justiça percebam a realidade dos servidores responsáveis por expedir os mandados judiciais e que esses servidores vivenciem o dia-a-dia dos oficiais de justiça no cumprimento de tais mandados.

A partir dessa atividade quase lúdica entre as unidades (Central de Mandados e varas judiciais) abre-se espaço para discussão e aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido entre todas as unidades, com espírito de cooperação e solidariedade.

3.24. Descontinuidade do SIAPRO

Em agosto de 2018 a Diretoria de Tecnologia da Informação iniciou procedimentos para descontinuar a utilização do SIAPRO, sistema de banco de dados dos processos físicos da Justiça Federal.

Tal providência desencadeou a necessidade de incrementar a digitalização de processos físicos, especialmente daqueles em tramitação.

Em razão disso, além das equipes de digitalização existentes no Núcleo de Documentação e Memória e na Subseção Judiciária de Novo Hamburgo, foi criada outra equipe dentro do Núcleo de Apoio Judiciário da Subseção de Porto Alegre.

A digitalização ocorreu respeitando as determinações da Corregedoria Regional da Justiça Federal quanto à ordem de prioridade.

Algumas unidades atuaram de forma muito colaborativa, propondo-se a realizar a digitalização



Projeto Quiproquó possibilita maior interação entre as áreas

Novos banheiros públicos da sede da Justiça Federal, em Porto Alegre



dos processos físicos em tramitação dentro de sua unidade, como por exemplo a 24ª Vara Federal de Porto Alegre.

No dia 29 de março de 2019 o SIAPRO deixou de funcionar e os processos físicos ainda remanescentes, suspensos e sobrestados em sua maior parte, passaram a ser acessados via Eproc, constando nesse novo banco de dados processuais. Tais processos serão digitalizados à medida que retornarem a tramitar, se for o caso.

3.25. Renegociação de Contratos de Locação

Em decorrência da nova ordem constitucional orçamentária, o ano de 2018 foi marcado por forte contingenciamento nos recursos destinados ao financiamento do custeio da Justiça Federal do Rio Grande do Sul.

Como consequência, e com o apoio do Núcleo de Planejamento, Orçamento e Finanças – NPOF, foram estudadas formas de remanejar as



contas públicas a permitir a redução do déficit orçamentário.

Dentre as despesas de custeio mais elevadas para a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul estão aquelas decorrentes de aluguéis de prédios em que estão instaladas as Subseções Judiciárias do interior do Rio Grande do Sul.

A Justiça Federal contactou os proprietários dos imóveis que estão alugados para as Subseções Judiciárias do interior, para buscar meios de reduzir o valor dos contratos.

Diante do cenário de contingenciamento orçamentário, os locadores concordaram em renegociar cláusulas contratuais, de tal sorte que a Justiça Federal deixou de pagar o seguro predial (pois para os bens móveis já havia seguro contratado pela Justiça Federal) e o Imposto de Propriedade Territorial Urbana, que ficou por conta do proprietário do imóvel.

A redução atingida permitiu a realização de licitação para a manutenção de prédios próprios.

3.26. Reforma dos Sanitários Públicos do Prédio-Sede

No final do ano de 2018, com a economia de recursos decorrente da renegociação de outros contratos de custeio, foi possível realizar licitação para reformular os banheiros públicos do prédio-sede da Justiça Federal de Porto Alegre.

Os sanitários do prédio enfrentavam problemas decorrentes da falta de acessibilidade, de vazamento de água, de inadequação de instalações hidráulicas em razão do excesso de água necessário para o seu adequado funcionamento, sem contar o desgaste de louças decorrentes do intenso uso ao longo dos anos.

Em janeiro de 2019 foram iniciadas as obras nos sanitários, priorizando-se o andar térreo, onde há a maior movimentação de pessoas por dia em razão das salas de perícia, do Cejuscon e das videoaudiências.

Os sanitários públicos do prédio terão sua reforma concluída em setembro de 2019, permitindo melhor economia de água para a instituição e acessibilidade para pessoas com dificuldades de locomoção.

3.27. Ações culturais da Justiça Federal de Porto Alegre

3.27.1. Memorial da Justiça Federal

13/09 a 14/10/17 – Exposição “**Direitos Humanos e Direito à Saúde: A trajetória da Justiça Federal em demandas por assistência farmacológica e procedimentos no SUS**” - mostra de autos findos que exemplificam a atuação do Judiciário na esteira dos direitos humanos e na busca da solução dos conflitos que perpassam os temas de assistência farmacológica e procedimentos do SUS.

01/2018 - Exposição “**Justiça Federal do Rio Grande do Sul em Trajetória**” - Com base na pesquisa realizada para o livro “Justiça Federal no RS: Memória e Futuro”, publicado durante as comemorações do cinquentenário de reinstalação da instituição, a mostra apresenta um recorte narrativo representativo dos desafios encarados e dos direitos defendidos na Justiça Federal desde sua criação, em 1890. Organizados em sete eixos temáticos – economia e tributos, ambiental, criminal, habitacional, saúde, direitos humanos e previdenciário – os processos e objetos expostos trazem histórias, relatos e imagens que ilustram esta trajetória.

3.27.2. Espaço Cultural

17/11/2017 a 08/03/2018 – Exposição “**Direito à Saúde – Retratos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre**” - Com foco no direito à Saúde, foi exposto parte do acervo do Centro Histórico Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.



16/04/2018 a 16/06/2018 – Exposição “**Missão de Comunicar**” - retrata o trabalho dos Oficiais de Justiça através das lentes do fotógrafo e servidor da JFRS, Rogério Paranhos.

04/07/2018 a 17/08/2018 – Exposição “**Amores perfeitos**” – composta por fotografias de René Cabrales e Maria Clara Adams, propõe reflexões e conscientização acerca da diversidade humana, do direito à igualdade e do princípio da não discriminação, por meio de imagens que retratam casais hetero ou homossexuais sob diferentes aspectos e condições culturais, de origem, gênero, religiosidade, cor, idade, entre outros.

30/08/2018 a 11/10/2018 – Exposição “**Livros Raros e Antigos: Um Olhar sobre a Memória de Influentes Juristas na História do Direito**” - A exposição é composta por 26 títulos que influenciaram a doutrina jurídica ao longo dos séculos XIX e XX.



Exposição “Justiça Federal do Rio Grande do Sul em Trajetória”, no Memorial da Justiça Federal em Porto Alegre

22/10/2018 a 16/11/2018 – Exposição **“Nossa Casa, Nossa Cara”** - A mostra reúne fotos tiradas por servidores, estagiário e terceirizados de todo o estado, que foram selecionadas por meio de um concurso fotográfico para compor também o calendário institucional de 2019.

20/11/2018 a 19/12/2018 – Exposição **“Tantos Uns: um olhar fotográfico sobre pessoas com deficiência”** - mostra itinerante é uma parceria da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) do TRF4 com o Grupo 35 mm e foi trazida à instituição por iniciativa do Núcleo de Documentação e Memória (NDOC). A exposição reúne uma série de imagens de pessoas com deficiência em situações cotidianas. De acordo com o Grupo 35 mm, o objetivo da mostra é valorizar a autoestima dos fotografados, buscando estimular um olhar mais natural e positivo no expectador.

08/01/2019 a 31/01/2019 – Exposição **“Esperança no Futuro”** – composta por obras produzidas pelos filhos de magistrados e servidores, traz as diferentes visões das crianças acerca do tema da sustentabilidade.

3.27.3. Outros espaços

20/11/2017 – Participação na Exposição **“Orgulho Negro, presente!”** realizada no TRF da 4ª Região.

21/03/2018 – Instalação do Espaço Memória na Subseção Judiciária de Santo Ângelo, Exposição **“Traçados da Justiça Federal na Capital das Missões”**, composta por autos findos de casos emblemáticos, e celebração de convênio entre a JFRS e o Município de Santo Ângelo a fim de permitir a pesquisa nos processos históricos e a produção de conhecimento acerca de revoluções e movimentos afetos à história de Santo Ângelo e região.

3.28. Convênio com o Banco Central e Ampliação do Estacionamento

Em março de 2019 a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul firmou convênio com o Banco Central do Brasil cujo objeto é a cessão do terreno de propriedade da Autarquia, com frente para a Av. Loureiro da Silva, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, para fins de utilização do espaço como estacionamento para servidores da Justiça Federal.

3.29. Convênio com a Defensoria Pública da União

A Seção Judiciária do Rio Grande do Sul e a Defensoria Pública da União iniciaram conversa no intuito de buscar soluções para a ocupação de imóveis da União, de modo a otimizar o gerenciamento de custos de ambas instituições.

Tais providências decorrem do fato de que existem imóveis da União disponíveis para utilização no Estado do Rio Grande do Sul e que apesar de tal circunstância, tanto a Justiça Federal, quanto a Defensoria Pública Federal desembolsam valores para pagamento de aluguel em algumas subseções. Ademais, há necessidade de diminuir os gastos públicos em razão da severa restrição orçamentária por que passa a Administração Pública.

O resultado do encontro de ambas as instituições ensejou a assinatura do protocolo de intenções para buscar alternativas para a permuta de imóveis da União Federal que possam ser utilizados conjuntamente por ambos os órgãos.

3.30. Curso Constelações Sistêmicas

Como forma de exercitar visões que abracem o compartilhamento de conhecimentos para além do âmbito jurídico e a partir do reconhecimento da complexidade dos litígios judiciais foi programado curso com o objetivo de informar servidores e magistrados sobre as Constelações Sistêmicas.

A ideia é fazer com que o curso de Constelações Sistêmicas abra novas perspectivas de análise, interpretação e intervenção como possibilidades de práticas inovadoras e humanizadas de resolução de conflitos.

O curso consiste em introduzir o conhecimento da técnica, que trabalha habilidades necessárias em qualquer âmbito do processamento e julgamento dos feitos, como a qualificação da escuta, compreensão sobre posturas pessoais nas situações de conflito, visão sistêmica.

A técnica vem sendo usada em diversos Estados da país como reforço prévio a conciliações.

O curso foi realizado nos dias 4 e 5 de junho de 2019 e contou com a participação de magistrados e servidores da capital e do interior do Estado.



Assinatura do convênio que possibilitará o uso de terreno do Banco Central por 60 meses como estacionamento

4. *Humanização das Relações de Trabalho*

Não é possível concretizar a solução compartilhada de soluções sem colocar em primeiro plano a necessidade de manter boas relações de trabalho entre os integrantes de uma instituição.

Com esse objetivo, a gestão 2017-2019 realizou inúmeras atividades ao longo do período, tanto para qualificar os magistrados, servidores e terceirizados para a atuação em situações de possível conflito, quanto para trazer os integrantes da Justiça Federal à reflexão.

Dentre as atividades que permitiram uma pausa para a reflexão, destacaram-se as palestras sobre a infância e sobre saúde.

4.1. *Promoção da Primeira Infância Melhor*

Durante o ano de 2018, foi promovida uma campanha voltada à conscientização acerca da importância dos cuidados na primeira infância e de seus reflexos na vida profissional de magistrados e servidores que possuem filhos pequenos, bem como no funcionamento das unidades em que atuam. Naquele ano, a estimativa era de que 336 servidores ou servidoras recebiam o auxílio pré-escolar, de onde se depreende que esse é, aproximadamente, o universo daqueles que se incluem no contexto da primeira infância (filhos de 0 a 6 anos de idade).

Pesquisas em diferentes campos demonstram a fundamentalidade desta fase da vida das crianças para o desenvolvimento do potencial pleno dos seres humanos. As neurociências concluem que o desenvolvimento do cérebro alcança sua maior velocidade nessa fase. A economia mostra que o investimento nas crianças durante esse período obtém um retorno de até US\$17 por dólar investido.

Mas os efeitos não se restringem à capacidade intelectual ou produtiva dos indivíduos. Os cuidados e estímulos recebidos dos 0 aos 6 anos de idade determinam o futuro de meninas e meninos em uma série de indicadores de bem-estar e redução de envolvimento em atividades de risco – como criminalidade e uso de drogas. Também é esse o período decisivo na formação da personalidade, do caráter e do modo de agir do adolescente e do adulto, sendo mais eficiente lançar os valores e fundamentos éticos da cidadania e da cultura de paz nessa primeira fase da vida, uma vez que a criança absorve o que recebe.

O projeto objetivou esclarecer e sensibilizar o público interno da instituição para a importância dos cuidados nessa fase da vida das crianças e do contexto envolvido. Foram produzidos cartazes e artes para painéis eletrônicos, encaminhados para todas as subseções, com foco nos direitos voltados à promoção da primeira infância, como as licenças à gestante, aos servidores adotantes e o horário especial para quem tem filho com deficiência.



*Evento "Conversando Sobre: Primeira Infância",
realizado em 21/03/2018, no auditório da
Justiça Federal em Porto Alegre*

POR TRÁS DE VINTE DIAS
DE LICENÇA, TEM UMA
CRIANÇA APRENDENDO
O QUE É SER AMADA
E ACOLHIDA

POR TRÁS DE UMA
NOTÍCIA DE GRAVIDEZ,
TEM UMA NOVA GERAÇÃO
SE FORMANDO PARA
DESBRAVAR O MUNDO



LICENÇA-MATERNIDADE (LEI 8112)

INICIAR OU AMPLIAR A FAMÍLIA IMPLICA UMA SÉRIE DE TRANSFORMAÇÕES: OBRIGATORIAS E INESPERADAS. SE ALGUÉM NA SUA EQUIPE ESTÁ PRETENDO SE CASAR OU SE TORNAR PAI, RECEBA COM EMPATIA. POR TRÁS DAS REDES OU DA ÚNICA COLÉGA QUE LOGO SEJA SUA LICENÇA, ESTÁ TEM SEU HOMEM SE FORMANDO E OUTROS TANTOS DESCOBRINDO SEUS PAPEIS NO MUNDO.

SEMPRE
COM
EMPATIA

SOCIALISEM

Peças da campanha
“Promoção à Primeira Infância”,
veiculada no início de 2018

Também foi criada uma comunidade aberta na Intra, onde foram replicados conteúdos produzidos pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, além de “pílulas” do documentário O Começo da Vida, onde são abordados temas como os investimentos na primeira infância; as diferentes funções concernentes à criação de uma criança e os novos perfis familiares; a luta contra o isolamento; a licença parental; o cuidado paterno; a formação de vínculos; o capital humano; baby blues, depressão e psicose pós-parto, entre outros.

Para as magistradas ou servidoras que retornam da licença-maternidade ou licença adotante, foi elaborado um material eletrônico de boas-vindas com informações e dicas para a readaptação e retomada do ritmo de trabalho.

O evento de lançamento da campanha ocorreu no dia 21 de março de 2018 com uma roda de conversas com a presença de três pais, que são profissionais em diferentes áreas, que debateram a temática. A psicóloga Inajara Erthal Amaral, mãe do Caetano e do Bernardo, chamou a atenção para uma série de mudanças que vêm ocorrendo e que influenciam e são influenciadas pelo lugar exercido pela criança na sociedade.

Inajara comentou sobre as alterações nas configurações familiares e na rede de apoio com a qual os novos pais costumavam contar. Avós, tios, amigos e mesmo vizinhos colaboravam na tarefa de cuidar dos pequenos, além de ajudarem compartilhando experiência, sabedoria e apoio emocional. “Os casais hoje estão solitários neste papel”, apontou, ressaltando a importância dos espaços, mesmo que no local de trabalho, para a troca de informações, anseios, dúvidas e alegrias.

A psicóloga afirmou que as mães, nos dias atuais, têm apoio quase que exclusivo do companheiro ou da companheira, que também precisam de suporte. “A carga envolvida no cuidado com os filhos pode ser muito prazerosa, mas também é muito trabalhosa”, ressaltou.

Outra questão levantada foi o movimento de des-responsabilização dos adultos em relação às crianças. Para Inajara, a criança depende do adulto para se tornar sujeito, especialmente durante a primeira infância, época em que a atividade cerebral atua de forma intensa na absorção de informações e no aprendizado. Atualmente, este papel está sendo exercido exclusivamente pelos pais.

Dando sequência ao assunto, o jornalista e coordenador de Responsabilidade Social do Instituto Lojas Renner, Arno Duarte, instigou uma reflexão pertinente. Ele mostrou imagens de super-heróis, como Batman, Homem-Aranha e Mulher Maravilha, ressaltando uma de suas características em comum: o fato de que todos perderam ou não conheceram seus pais. Todos eles, entretanto, foram cuidados por pessoas que transmitiram valores e os ajudaram no processo de formação.

Como contraponto, Arno, que é pai do Cadu e da Vitória, contou a história de um casal em um carro, parado em uma sinaleira, e é surpreendido por um jovem que pede dinheiro. “A primeira pergunta que vem à mente é: de onde veio essa pessoa? E é isso que precisamos nos perguntar, de onde ela veio, que cuidados recebeu ou deixou de receber ao longo de seu crescimento”, comentou. “Qual a nossa responsabilidade, enquanto sociedade, em relação às crianças e jovens que foram afastados de seus pais, que moram em casas de acolhimento?”, questionou.

Segundo ele, as entidades que recebem essas crianças tentam prestar o melhor serviço possível, mas, ainda assim, são profissionais contratados para isso que executam as tarefas. Por isso, em muitos casos, há um prejuízo no que diz respeito à educação emocional. “Esse menino passa a vida recebendo ajuda, recebendo doações, ele entende o valor monetário da vida dele. Mas ele também pode pensar que ele não vale o investimento emocional que a maternidade e a paternidade exigem”, contou.

Pai de duas crianças adotadas, o palestrante incentivou a adoção tardia compartilhando a própria história. “Quando conheci o Cadu, no programa de apadrinhamento, ele tinha sete anos e quebrou todos os meus pré-conceitos”, declarou, mencionando o apadrinhamento afetivo e o engajamento em campanhas como outras medidas possíveis de serem realizadas.

Encerrando o evento, o diretor de Secretaria da 6ª Vara Federal de Porto Alegre, Felipe Galvão Stumpf, falou sobre a importância do apoio institucional na vida dos pais e os reflexos da maternidade no ambiente de trabalho. Pai da Rafaela e do Fernando, ele lembrou as dificuldades enfrentadas durante nove anos realizando tratamentos e na fila de adoção, em busca do sonho de ampliar a família. “Na última tentativa de fertilização, surgiu a alegria. A mega-sena veio quando descobrimos que eram gêmeos”, relatou.

Os bebês nasceram prematuros e enfrentaram dias complicados na UTI neonatal. “É um momento difícil. A expectativa que se tem contrasta com a realidade que se apresenta”, afirmou. Fernando ficou 76 dias internados e Rafaela, 11 meses e 19 dias. Felipe destacou

a importância da compreensão da chefia para poder dar o suporte que sua família necessitava. Nos dois meses de férias concedidos, ele cuidou sozinho do filho enquanto a esposa ficava com a filha no hospital.

O analista judiciário enfatizou que, mesmo antes da paternidade, já sabia que era essencial a presença dos pais na vida dos filhos. “Minha equipe é, majoritariamente, feminina, são nove mulheres e três homens. A grande maioria em idade para ser mãe”. Ele disse que já passaram por um período em que duas colegas estavam em licença-maternidade ao mesmo tempo.

“Servidores preocupados com questões externas não vão estar concentrados no trabalho. É melhor liberá-los para poder resolver suas questões para voltarem focados”. Segundo ele, isso vale para todos os tipos de problemas, não somente os relacionados à família.

É preciso tornar o ambiente solidário, com a redistribuição de trabalho quando um colega está ausente. “Hoje eu posso estar ajudando um colega que falta. Amanhã, posso ser eu a precisar de ajuda”, encerrou.

O projeto procurou mostrar que a presença de adultos referenciais, a interação com esses cuidadores, os estímulos e os exemplos recebidos na primeira infância serão definidores do adulto que se formará. A Direção do Foro da SJRS acredita que investir nos cuidados durante a primeira infância é contribuir para que as futuras gerações disponham dos recursos necessários à construção de uma sociedade mais igualitária, justa, produtiva e solidária.

JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

DIA DAS CRIANÇAS NA SJRS

Ainda dentro da concepção de promover atenção à infância, foi realizado, no dia 15 de outubro de 2018, o dia das crianças na instituição, data escolhida em função de ser feriado nas escolas pelo dia do professor. Os pequenos são costumeiramente questionados sobre a profissão e o lugar em que os pais trabalham.

O local de trabalho dos pais habita o imaginário das crianças que, muitas vezes, fantasiam como um lugar misterioso, onde só tem 'adultos' e que 'roubam-lhes' os genitores por várias horas. Por outro lado, os pais trabalhadores carregam, em muitos casos, uma culpa por permanecerem cerca de oito a nove horas longe das crianças.

A integração da família no ambiente corporativo contribui para que as crianças mudem a sensação de ausência e abandono por parte dos pais para o sentimento de orgulho e valorização do trabalho. Por outro lado, é um fator de reconhecimento da importância das funções exercidas pelo corpo funcional da instituição ao propiciar que seus filhos conheçam sua realidade de trabalho, seu cotidiano e sua relevância para a JFRS.

As subseções de Bento Gonçalves, Canoas, Lajeado, Santa Rosa, Santo Ângelo e Porto Alegre receberam as crianças com atividades que envolveram contação de histórias, tour nas instalações da Justiça Federal, espaço de desenho e pintura, e muita interação com os pais e com seus colegas de trabalho. Os pais ainda levaram os filhos para conhecer a sua unidade de trabalho. A iniciativa ainda promoveu a solidariedade das crianças que doaram brinquedos que foram encaminhados para entidades beneficentes.

Monja Coen Roshi incentivou a adoção de uma postura mais entusiasmada com o papel que cada um exerce no mundo



4.2. Palestra da Monja Coen

Em novembro de 2017, os juízes e servidores da Justiça Federal na 4ª Região foram convidados a parar o trabalho por cerca de duas horas para ouvir uma senhora carismática, de fala mansa, que exalava alegria e espiritualidade. Do auditório da SJRS, em Porto Alegre, a Monja Coen Roshi falou sobre diversos assuntos, mas que convergiam para uma mensagem em comum: a necessidade de mudar a forma de enxergar e atuar nos espaços que ocupamos, seja no ambiente de trabalho ou em nossas casas. A palestra foi transmitida para o interior do RS, o TRF4 e as seções judiciárias de SC e PR por streaming.

A monja iniciou sua fala propondo um exercício que pode ser realizado diariamente, destacando que nossas emoções estão relacionadas com a respiração. “A gente precisa se lembrar que pode parar o que está fazendo e respirar conscientemente. Faça isso e você verá que poderá trabalhar e se relacionar com muito mais qualidade”, aconselhou. Segundo ela, é preciso perceber e respeitar as reais necessidades de corpo e mente para que se possa manter a qualidade na vida e no trabalho.

Em seguida, ela falou sobre a motivação que podemos encontrar em nós mesmos. “O que vou estimular em mim? Ansiedade, tristeza, mau humor? Ou apreciação pela vida, com seus ganhos e perdas, apreciação de cada momento sagrado e passageiro? Nós estamos passando por aqui, mas que nossa passagem seja de alegria, de luz, para trazer benesses. Se cada um de nós o fizer, o mundo será luminoso”, afirmou.

A palestrante apontou que, muitas vezes, a reclamação se torna um hábito, alimentado pelo simples fato de não buscarmos o diálogo com a pessoa que poderia modificar determinada

situação. Ela mencionou a regra de São Bento, seguida em mosteiros. “É proibido resmungar”, explicou, sobre esse preceito de vida comunitária que permite maior harmonia nos relacionamentos.

Coen também incentivou a adoção de uma postura mais entusiasmada com o papel que cada um exerce no mundo. “Minha casa é onde estamos. Onde nós estamos é o melhor lugar do mundo porque nós estamos aqui. Se alguém perguntar onde você trabalha, diga ‘eu trabalho no melhor lugar do mundo. Onde eu estiver, estou fazendo o meu melhor’”, apontou.

Outro ensinamento transmitido foi o de que a dedicação plena, com toda a atenção focada a uma determinada atividade, gera ganhos em satisfação. “Não preciso de medalha para fazer o meu trabalho com excelência. Naquilo que estiver fazendo, se eu estiver completa, com toda a minha dedicação, eu estou bem”, disse a palestrante.

Ela ainda ressaltou a importância de dedicar essa mesma atenção às pessoas que estão em nossas vidas. “Quando você estiver com alguém, esteja inteiro, ouvindo, esteja presente, seja com filhos ou com marido. Pare para ouvir como se fosse a primeira vez”, sugeriu. De acordo com a palestrante, não importa o tempo de convivência, sempre há coisas novas a aprender sobre o outro. “Nós somos processos em transformação. Nossas vontades, apetites, os sentidos que damos à vida mudam”, ponderou.

As interações humanas baseadas no respeito também foram abordadas na conversa. “Uma pessoa que não concorda comigo não é meu inimigo. Ela pode enriquecer meu olhar, pois tem um ponto de vista diferente”, comentou, ponderando que o diálogo é fundamental na criação de uma cultura de não-violência.

Segundo Coen afirmou, não se deve tentar ser a “palmatória do mundo”, em um esforço para modificar os outros. Como lembrou, todos pertencemos a uma mesma família, cada um com suas diferenças. “Não somos iguais, cada um de nós é único, nossas necessidades não são as mesmas. Trate cada um de acordo com suas necessidades”, avaliou.

A maior lição, entretanto, foi compartilhada ao final da palestra: devemos aproveitar a vida em toda sua plenitude e beleza, desfrutando a preciosidade dos encontros, observando mais as qualidades do que os defeitos, estando efetivamente presentes para nossos familiares e amigos. “A vida tem que ser um deslumbramento e um espanto”, concluiu.

4.3. Palestra de Monika Schoproni Cardoso - IMAMA

Celebrando o Outubro Rosa, a voluntária do Imama, Monika Schoproni Cardoso, realizou palestra no auditório Hermílio Gallant, também transmitida por streaming, abordando o câncer de mama.

Monika descobriu o câncer de mama aos 39 anos. A mãe enfrentava a doença e o alerta do médico para que ela e sua irmã se cuidassem a levou a fazer uma mamografia, e o diagnóstico precoce fez com o tratamento não exigisse a retirada das mamas. Agora aposentada, 18 anos após enfrentar a doença, dedica seu tempo a ajudar outras mulheres.

Em sua fala, alertou para incidência de câncer de mama também em homens e a legislação



Participantes das atividades do Outubro Rosa. Auditório da Justiça Federal em Porto Alegre, em 29/10/2018

pertinente da área, como a que garante a mamografia a partir dos 40 anos e a que determina o início do tratamento em 60 dias. A voluntária do Imama destacou que este tipo de doença é a segunda mais frequente no mundo.

Outro dado preocupante apontado por Monika é que Porto Alegre é a capital da América Latina com maior incidência do câncer de mama. Segundo estimativa do Inca, em 2018/2019, haverá 59.700 casos novos da doença por ano, ou seja, 164 novos casos por dia.

Ela ressaltou que detectar no estágio inicial apresenta 95% chance de cura. Em outras fases



também há possibilidade de vencer da doença, mas, geralmente, envolve mais custos e, muitas vezes, procedimentos mais dolorosos.

Por isso, Monika destacou a importância do autoconhecimento, ensinando como se deve tocar as mamas para verificar se há presença de nódulos, por exemplo. “É obrigação nossa nos olhar no espelho e observar nossa mama. Ela tem pele lisinha, qualquer alteração é preciso procurar um médico”, ressaltou.

Concluindo sua fala, a voluntária do Imama afirmou que, quando se tem um diagnóstico de câncer aprende-se a finitude. “Percebemos que

temos um dia a menos”, pontuou. Para ela, é preciso ter uma atitude positiva em relação à vida, inclusive para diminuir o stress. “Se souber ser grato pelos momentos pequenos, percebemos como nossa vida é boa”, finalizou.

A adesão à campanha do Outubro Rosa reforça o compromisso da instituição na promoção da saúde de magistrados e servidores. Dentro do Programa Saúde Legal, a partir dos 40 anos, um dos exames solicitados é exatamente a mamografia. Somente neste ano mais de 300 pessoas realizaram o exame.

Palestra alusiva ao NovembroAzul, realizada em 21/11/2018, no auditório da Justiça Federal em Porto Alegre



4.4. Palestra do médico J.J. de Camargo

O auditório do prédio-sede da SJRS em Porto Alegre ficou lotado na tarde de 21 de novembro de 2018 para ouvir a palestra do médico e escritor José J. Camargo. Com uma fala recheada de bom humor e histórias pessoais, ele falou sobre a importância da felicidade para a qualidade de vida e, conseqüentemente, para a saúde.

Para Camargo, o segredo está em saber como viver, tendo em conta que não haveria padrões do que seria uma vida boa, mas seria consensual a importância de ter saúde.

Mas aqui haveria uma questão crucial: como cuidar da saúde sem fazer desta preocupação uma doença?

O médico destacou a relevância do check-up anual com a realização dos exames da próstata, para o homem, e do colo do útero, para mulher, e os cardiológicos, por exemplo.

Ele elencou ainda o que seria preciso para viver 100 anos: estar com glicose, pressão arterial e colesterol normais, ser magro, não fumar, exercitar-se e dormir bem. Mencionou que há, no mundo, 370 mil pessoas centenárias, das quais 80% são mulheres.



Em sua fala, Camargo apresentou uma pesquisa que apontou os fatores que prolongam a vida: assistência médica representaria 10%, genética 17%, meio ambiente 20% e o estilo de vida 53%. Segundo ele, estilo de vida seria conceituado como a gestão do prazer e da felicidade.

De acordo com o médico, os elementos básicos componentes da felicidade estariam na reciprocidade do afeto e no prazer no trabalho aliado com o reconhecimento profissional. “Uma pesquisa apontou que as pessoas que viveram mais tinham relações pessoais densas e confiáveis, não era aquela que tinha um colesterol menor”, afirmou. J.J. Camargo destacou a importância das amizades alertando que, para

descobrir se uma pessoa é tua amiga, basta observar se ela vibra com teu sucesso.

Ele ainda assinalou que a felicidade pode ter significados muito diferentes. Para algumas pessoas, por exemplo, está associada a paz e tranquilidade enquanto que, para outras, a adrenalina e agitação é que trazem alegria na vida.

O médico encerrou sua fala apresentando a profilaxia da verdadeira velhice. Rotina é uma coisa ruim, é preciso ter atividades variadas; estudar idiomas; ler muito; ouvir música; ter amigos que façam coisas diferentes; praticar esportes; cultivar algum tipo de arte; e amar e ter pena de quem nunca se apaixonou.



A GENTE SABE

MAS ESQUECE

de respeitar os que
não compartilham
das mesmas crenças
e valores que você

de tratar a todos
com respeito,
sem distinção
hierárquica

QUANDO VOCÊ ESTABELECE

4.5. Campanhas Institucionais

A gente sabe, mas esquece

No ambiente de trabalho, além das relações laborais, também se desenvolve uma vida social, em que magistrados, servidores e estagiários interagem entre si e com terceirizados, advogados e jurisdicionados, entre outros. A diversidade é o que torna a convivência tão rica e, algumas vezes, um pouco conflituosa.

Por isso, a Direção do Foro da SJRS promoveu a campanha para lembrar algumas dicas que podem facilitar os relacionamentos e fazer com

que a jornada laboral seja mais tranquila. A campanha contou com a afixação de cartazes encaminhados para todas as subseções e peças eletrônicas divulgadas na Intra.

Com boa vontade, a gente se entende

Com a contratação de funcionários terceirizados surdos para exercer funções de copeira, foi desenvolvida uma campanha para sensibilizar o público interno para o respeito à diversidade e a inclusão de pessoas com deficiência. A campanha foi composta por cartazes e um folheto de dicas, que foram disponibilizados na Intra. Os cartazes ainda foram encaminhados para todas as subseções.

COM BOA VONTADE,
A GENTE SE
COMUNICA



5. Governança

A Justiça Federal do Rio Grande do Sul tem como missão garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva. No longo prazo, a instituição pretende consolidar-se perante a sociedade como uma justiça efetiva e transparente, respeitando a ética, a cidadania e ao ser humano, a responsabilidade ambiental, a transparência, a qualidade e a inovação.

Para atingir a missão proposta, impõe-se estar atenta às mudanças sociais e apta a trabalhar com novos cenários.

Para tanto, a Justiça Federal do RS está trabalhando para que a inovação esteja bem estruturada dentro da instituição, com responsabilidades definidas e claramente vinculadas aos objetivos e processos estratégicos em todas as áreas da organização.

Desse modo, pretende-se que o modelo de gestão da organização incorpore métricas claramente associadas à inovação, de modo que o pensamento sistêmico e a visão de *learning organization* permeiem as decisões práticas gerenciais.

E a partir dessa proposta institucional inaugurou-se, em abril de 2019, o Laboratório de Inovação da Justiça Federal do Rio Grande do Sul.

5.1. Laboratório de Inovação em Governança

A partir de contato com o Laboratório de Inovação da Seção Judiciária de São Paulo foi programada a instalação de espaço pensado para

Laboratório de Inovação já está em operação desde abril de 2019



o desenvolvimento de projetos de inovação com a utilização da metodologia de Design Thinking.

Para tanto, realizou-se no período de 22 a 25 de abril de 2019 a capacitação de laboratoristas para o Laboratório de Inovação, conduzindo as dinâmicas e viabilizando novas opções para conceber criativamente as soluções para os desafios da Justiça Federal.



O Laboratório de Inovação tem por objetivo encontrar soluções para questões complexas da instituição. Atualmente o Laboratório de Inovação está trabalhando em solução para problemas relacionados à gestão de recursos limitados e à redução do quadro de pessoal, decorrentes do teto dos gastos públicos.

Também estão sendo abordados os temas de atendimento ao público e flexibilização da alocação da força de trabalho.

Além dos temas em andamento, um outro grupo de trabalho foi criado para catalogar demandas institucionais existentes para que sejam utilizadas como material de trabalho no Laboratório de Inovação.

6. Projetos da Carteira do Planejamento Estratégico

6.1. Contratação Inclusiva, e Porque Não? – Fase I

O Projeto Estratégico Contratação Inclusiva, Por Que Não? foi desenvolvido com o escopo de elaborar, implantar e acompanhar projeto piloto para a inclusão de pessoas surdas no mercado de trabalho, por meio da contratação de serviços prestados com qualidade e eficiência.

Os benefícios almejados foram a inclusão social com eficiência, humanização da atuação, aproximação da Justiça Federal com a sociedade, promoção da cidadania e integração, crescimento individual e institucional com desacomodação e quebra de paradigmas, respeito à diversidade e atuação socialmente responsável.

O Projeto foi bem sucedido e desde março de 2018 o contrato de prestação de serviços terceirizados de copeira, contínuos e coordenador intérprete, mantido com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS está vigente.

A intérprete de LIBRAS atua, ainda, como facilitadora de acessibilidade na Justiça Federal de Porto Alegre, sendo requisitada, muitas vezes, a atuar para facilitar a comunicação entre os cidadãos atendidos pela instituição e os servidores, como por exemplo em atendimento no balcão das unidades, durante a realização de perícias ou mesmo para melhor entendimento entre magistrado e parte no momento de realização de audiência.

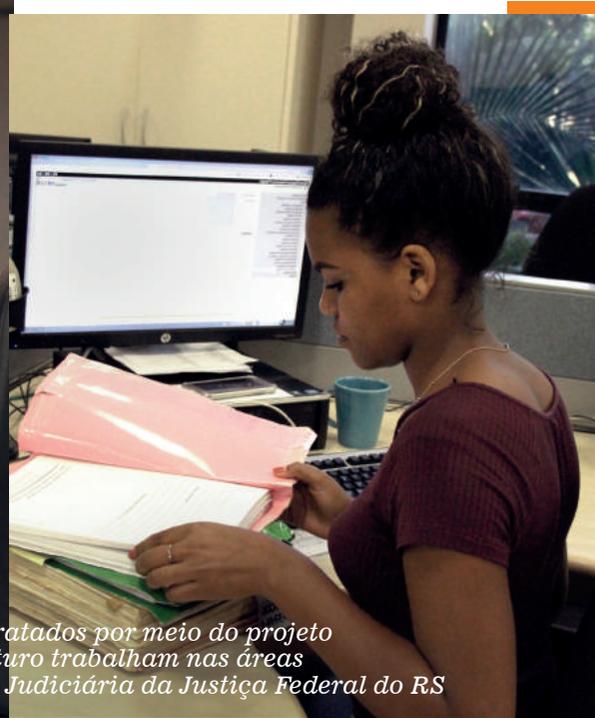
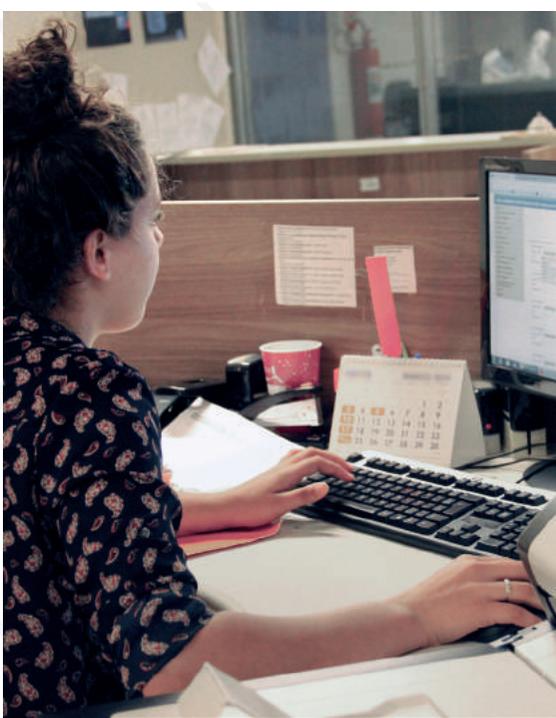
6.2. Contratação Inclusiva, e Por Que Não? – Fase II e Portas para o Futuro

Os Projetos Estratégicos Contratação Inclusiva, e Por Que Não? e Portas para o Futuro decorrem do convênio firmado entre Banrisul, CIEE, Ministério Público do Rio Grande do Sul e Justiça Federal do Rio Grande do Sul, com o objetivo de oferecer postos de trabalho a adolescentes acolhidos pelo Estado em casas-lar e abrigos.

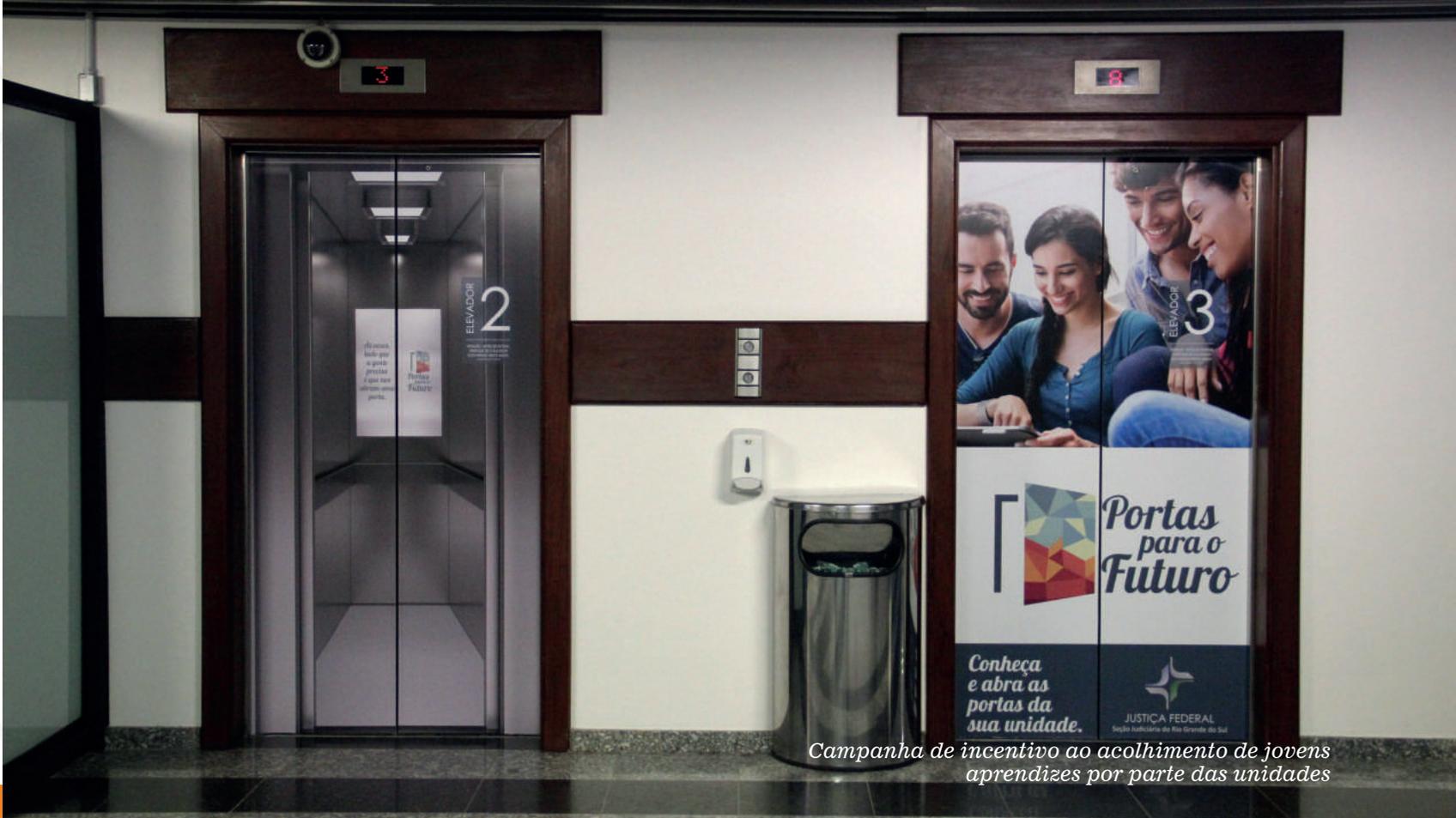
A Justiça Federal ofereceu, inicialmente, dez postos de trabalho aos adolescentes, que foram contratados como menores aprendizes, com remuneração patrocinada pelo Banrisul.

Com o intuito de fomentar a contratação de mais adolescentes, a Justiça Federal, através do apoio da Seção de Planejamento e Gestão Estratégica, elaborou um selo que identifica e divulga a iniciativa, incentivando a prática em outras organizações públicas e privadas.





*Aprendizes contratados por meio do projeto
Portas para o Futuro trabalham nas áreas
Administrativa e Judiciária da Justiça Federal do RS*



*Campanha de incentivo ao acolhimento de jovens
aprendizes por parte das unidades*

*Trabalhadores surdos ou deficientes auditivos,
contratados via FENEIS, prestam serviços
como contínuos e copeiras*



O selo Portas para o Futuro foi lançado em 27 de março de 2019, com participação do Ministério Público do Rio Grande do Sul e o Ministério Público do Trabalho, em evento promovido em comemoração aos 100 anos da Organização Internacional do Trabalho.

A contratação dos adolescentes aprendizes mira nos benefícios indiretos de contribuir para o desenvolvimento da autonomia dos jovens participantes, colaborar para a formalização das relações de trabalho e, conseqüentemente, para a redução do trabalho infantil. Pretende, ainda, proporcionar a troca de experiências entre as organizações, formando rede que qualifique as ações do Projeto, e principalmente oferecer aos adolescentes aprendizes a primeira oportunidade de emprego aliada à educação profissional.

Atualmente, o projeto está em fase de expansão para o interior do Estado. O pedido formulado pela Justiça Federal do RS e pelo Ministério Público Estadual ao patrocinador, Banrisul, de abertura de 30 vagas às subseções judiciárias do interior, foi atendido.

6.3. Informatização do Cumprimento de Mandados

O Projeto Estratégico Informatização do Cumprimento de Mandados mira os benefícios de redução dos custos com impressão de documentos e com a contratação dos Correios, redução do tempo de tramitação dos feitos pela maior efetividade das comunicações, prevenção da realização de diligências desnecessárias, otimização da força de trabalho e melhor aproveitamento dos recursos do Processo Eletrônico.

A informatização do fluxo de trabalho e o tratamento de inteligência e automatização das informações têm potencial de racionalizar os atos e os custos. As ações ocorrem em integração com o desenvolvimento do Eproc e em articulação com outras iniciativas institucionais.

Com a colaboração da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, da Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, do Núcleo de Informática do Rio Grande do Sul, da Central de Mandados de Porto Alegre, das Subseções Judiciárias de Palmeira das Missões e de Erechim, e através de convênio com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, o projeto avançou para a elaboração de aplicativo.

O *app* que será disponibilizado para o uso dos Oficiais de Justiça Avaliadores, a fim de permitir que as comunicações processuais expedidas por mandados judiciais possam chegar ao destinatário sem a necessidade de impressão de qualquer documento.

O projeto será implantando inicialmente nas Subseções Judiciárias parceiras, Palmeira das Missões e Erechim, cuja equipe auxilia a minimizar os riscos dessa nova abordagem institucional no cumprimento das comunicações judiciais. No mês de junho de 2019, foi realizado o treinamento dos oficiais de Justiça das Subseções Judiciárias de Palmeira das Missões e de Erechim, assim como do distribuidor de mandados de cada localidade, para a utilização da nova ferramenta. Em Porto Alegre, o oficial de Justiça Davi Picinini, integrante do projeto, esteve presente no curso.

A Corregedoria Regional da 4ª Região apoia o projeto e comprometeu-se a trabalhar para que a expedição de mandados ocorra exclusivamente pelo eProc, pré-requisito para a utilização do *app*.

7. Gestão Ambiental

7.1. Futuridade

No ano de 2018 as ações em sustentabilidade foram ampliadas, com a implementação do Projeto Futuridade na Subseção de Porto Alegre, contemplando, também, palestras transmitidas por videoconferência para as Subseções do interior. Com adesões voluntárias, formato de trabalho participativo, buscando desenvolver ações para promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social, o Projeto foi desenvolvido de agosto a dezembro de 2018.

O propósito do Projeto e os objetivos definidos para a ação foram atendidos, na medida em que resultaram em Planos de Ação - formatados a partir das diretrizes do PLS, Resolução 201/2015 do CNJ - que já começaram a ser implementados ainda em 2018. As iniciativas em sustentabilidade da SJRS ficaram mais articuladas e foi iniciada a programação de atuação nas Subseções do interior.

Trabalhou-se com os Eixos da A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública. O desenvolvimento dos Projetos de cada Eixo está indicado nos processos SEI 0004788-34.2018.4.04.8001, 0004789-19.2018.4.04.8001, 0004794-41.2018.4.04.8001, 0005177-19.2018.4.04.8001, 0005181-56.2018.4.04.8001 e 0005180-71.2018.4.04.8001.

O indicador de resultado previsto para o Projeto foi atingido, já que, como referido, os Planos de Ação foram elaborados e começaram a ser



implementados mesmo antes de concluídos os encontros do Projeto Futuridade. A metodologia de trabalho foi disponibilizada e pode ser utilizada de acordo com as necessidades de trabalho.

Os números de participação no Projeto foram:

- pessoas integrando o Ecotime da SJRS na edição de 2018 - 32 participando das equipes dos Projetos;
- pessoas que assistiram às palestras da Entrega 1 - 76 presencialmente em Porto Alegre e 32 por videoconferência;
- pessoas que assistiram às palestras da Entrega 2 - 50 presencialmente em Porto Alegre e 21 por videoconferência.



Lançamento do Projeto Futuridade, realizado em 07/12/2018, no auditório da Subseção Judiciária de Porto Alegre.

As atividades abrangeram as palestras Sustentabilidade do Eu Sozinho (por videoconferência em 2 horários e no auditório em Porto Alegre) e Germinando Autonomia Urbana (por videoconferência em 2 horários e no auditório em Porto Alegre), além de oito encontros com cada equipe de trabalho e o evento de lançamento das ações, que ocorreu em 07 de dezembro de 2018.

Por fim, a meta de iniciar, até 12 de novembro de 2018, a implementação de plano de atuação que contemplasse ações em sustentabilidade na SJRS compatíveis com as previsões da Resolução 201/2015 do CNJ foi plenamente atingida, na medida em que alguns dos projetos iniciaram

sua implementação ainda durante a realização dos Encontros, como se vê nos relatos dos documentos SEI 4469500 e 4469596 do Eixo Uso Racional dos Recursos, do documento 4432927 do Eixo Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e 4432977 do Eixo Construções Sustentáveis, em que se verificam as datas das ações.

Os riscos inicialmente identificados não chegaram a se concretizar, estando, ainda presente o de baixa participação nas ações de economia de recursos. Todavia, a programação de campanhas de divulgação e as ações do Eixo Sensibilização e Capacitação de Pessoas estão direcionadas a tratar desse risco. Deve-se ressaltar que a participação dos servidores nas equipes foi voluntária.

O Projeto Futuridade teve excelentes retornos de avaliação pelos participantes, registrados no documento SEI 4464812.

Importante destacar, ainda, que o projeto deu origem ao artigo Fábrica do Futuro. Fabricante: Você, selecionado para ser apresentado no VI Encontro Brasileiro de Administração Pública, que ocorre em Salvador, Bahia, no início do mês de junho de 2019.

7.2. Projetos dos Eixos da A3P

7.2.1 Eixo Uso racional dos recursos - Projeto Água: evitando o desperdício

O Projeto pretende tornar os banheiros do prédio sede de Porto Alegre mais econômicos por meio da adequação ou troca do sistema existente de descarga dos vasos sanitários e vazão das torneiras. Pretende, também, mensurar a economia de recursos naturais (água) e financeiros e comunicá-la aos usuários, num processo de conscientização.

O indicador de sucesso do Projeto deverá apontar a redução do volume de utilização de água em m³ - 20%, com base no estudo da A3P e nas estimativas de consumo per capita do prédio (disponível em http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/Apostila%20-%20Curso%20A3P%20-%202013_.pdf).

Como benefícios da implementação do Projeto evidenciam-se a redução do volume de consumo de água em m³ com reflexo no dispêndio financeiro mensal, a redução do desperdício de água, a educação dos usuários do prédio para a economia de recursos, o aumento do engajamento em sustentabilidade por meio da comunicação dos resultados do Projeto aos usuários.

7.2.2. Eixo Gestão de Resíduos - Projeto Destinação Sustentável de Resíduos

O Projeto pretende programar fluxos para a destinação de resíduos específicos, definidos conforme a viabilidade de coleta, armazenamento e transporte, desviando-os de aterro e incineração e atendendo às disposições da Lei Nº 12.305/10 e Decreto Nº 7.404/10. Como indicador de sucesso do Projeto está a quantificação dos resíduos por meio de pesagem.

Os benefícios da implementação do Projeto são o desvio de resíduos específicos, tanto produzidos no ambiente de trabalho, quanto produzidos na vida privada do público-alvo, do encaminhamento ao aterro ou à incineração.

7.2.3. Eixo Sensibilização e Capacitação de Pessoas - Projeto Pensar sustentável + Agir Consciente

O projeto pretende ampliar a consciência dos colaboradores da Justiça Federal para a sustentabilidade, criando um novo olhar para os impactos das ações humanas no meio ambiente. Visa ao engajamento das pessoas para se tornarem multiplicadoras de uma cultura institucional sustentável, com olhar crítico e propositivo em relação às escolhas e atitudes.

Os Indicadores de sucesso do Projeto são a adesão (presenças) em eventos no futuro, após a implantação da agenda, ampliação do público interessado – pessoas, unidades que participam, a realização de eventos de capacitação e sensibilização.

Os benefícios da implementação do Projeto consistem em chamar as pessoas para a causa da sustentabilidade na JF e a sensibilização das pessoas para que pratiquem e disseminem valores sustentáveis.

7.2.4. Eixo Qualidade de Vida no Trabalho - Projeto QualiVida

O Projeto pretende obter um local ou locais específicos para realização de pausas, descompressão e práticas de bem-estar, tais como: yoga, meditação, alongamento e outras; com investimento da Administração e/ou dos usuários, conforme o caso. Para que o projeto tenha sucesso é fundamental a participação e incentivo dos gestores e da alta administração.

São indicadores de sucesso do Projeto a adesão dos usuários, as avaliações de satisfação e qualidade, a redução dos índices significativos de mau humor, stress, sofrimento, absenteísmo, presenteísmo e adoecimento.

São benefícios da implementação do Projeto a necessidade de prevenção em saúde; aumento do bem-estar e da felicidade dos trabalhadores.

7.2.5. Eixo Compras Públicas Sustentáveis - Projeto Copo Zero

O Projeto pretende eliminar a utilização de bombonas e copos plásticos na JF em todo o RS. Isso está sendo viabilizado por meio da instalação de bebedouros e filtros purificadores de água em todos os prédios. Hoje, somente 2 Subseções de 25 não contam com filtro de água para uso interno. No que toca aos bebedouros, a situação é inversa – existem 2 em SantoÂngelo, 2 em Santa Maria, 2 em Porto Alegre, 1 em Caxias do Sul e 1 em Novo Hamburgo. Além disso existem mais 8 em Porto Alegre em fase de instalação. Há necessidade de instalação de bebedouros em todas as sedes para uso do público externo.

Os indicadores de sucesso do Projeto são a eliminação do descarte de mais de 500.000 copos plásticos/ano (números de 2017), com estimativa

de evitar que mais de 1.000 kg de plástico/ano sejam dispersados no meio ambiente; a eliminação de aquisição de copos plásticos; a eliminação de aquisição de bombonas de água mineral; a economia de recursos financeiros com a eliminação de aquisição de copos descartáveis e bombonas de água.

São benefícios da implementação do Projeto a economia de recursos financeiros e a redução de resíduos, com a eliminação da compra de copos plásticos e bombonas.

A racionalização do trabalho é apontada como um benefício indireto decorrente da redução de itens cuja aquisição deixará de ser processada, da redução do volume de armazenamento, da redução de procedimentos operacionais de distribuição.

Apesar de existirem 2 filtros de água por andar, em todos os andares do prédio-sede de Porto Alegre, a movimentação atual é de aproximadamente 10 trocas de bombonas de 20 litros por dia útil. Isso envolve processamento de aquisição, armazenamento e transporte para as unidades, à parte do custo financeiro da compra. O pessoal contratado de serviços gerais poderia executar outras tarefas no tempo que despenderia carregando as bombonas, do mesmo modo que os servidores envolvidos nos processos de licitação e de almoxarifado.

7.2.6. Eixo Construções Sustentáveis - Projeto Fronteira do Futuro

Foi realizada a revisão do edital para construção ou adaptação de prédio a ser locado em Santana do Livramento, para que a edificação seja mais sustentável. Com essa iniciativa, criou-se um novo parâmetro para as construções, de forma a que os prédios da JF se tornem progressivamente mais

sustentáveis. O sucesso do Projeto foi constatado pelo número de licitantes que apresentaram proposta de construção sustentável (foram quatro licitantes).

Os benefícios da implementação do Projeto são reduzir o impacto ambiental da implantação da sede na JF, com a diminuição de custos de manutenção e operação, e possibilidade de melhorar a qualidade de vida dos usuários do prédio. Além disso, a proposta de construção sustentável tem o viés de impulsionar o mercado imobiliário para a sustentabilidade, tornando-se referência positiva no tema.

Os eixos do projeto, analisados conjuntamente, atingem grande parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU.

7.3. *Palestra sobre Empreendedorismo*

O evento de lançamento das ações do Projeto Futuridade contou com a presença do empresário Joelson Gonçalves, em roda de conversa mediada pela jornalista, comunicadora e produtora cultural Katia Suman.

O ex-catador de sucata e agora empresário do ramo da reciclagem de lixo eletrônico, que emprega 18 funcionários e seis apenas, contou sua história no dia 7 de dezembro de 2018.

A partir do seu exemplo e trabalho desenvolvido, os participantes do evento puderam dimensionar a importância das ações ambientais em curso na Justiça Federal e o impacto que a atitude individual ocasiona para toda a sociedade e o planeta.





Entrevista da jornalista Katia Suman com o empresário Joelson Gonçalves realizado em 07/12/2018

8. Outros Projetos Institucionais

8.1. Justiça Inclusiva

O Projeto Justiça Inclusiva, programa iniciado em 2015 pelo Planejamento estratégico da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, em conjunto com a 26ª Vara Federal de Porto Alegre, procura imprimir uma nova solução a uma parcela dos processos de concessão de benefício previdenciário, em específico daqueles envolvendo dependentes químicos (álcool e drogas).

O objetivo maior do programa é o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de que ocorra não apenas a concessão do auxílio-doença por meio de acordo, mas que também haja uma evolução nos demais aspectos da vida do segurado, com vistas à reinclusão social deste.

Para que se atinja essa finalidade, a principal característica é a vinculação do tratamento na rede pública de saúde para concessão do benefício, em geral pelo período máximo de 12 meses, mediante acompanhamento pelo órgão judicial.



8.2. Justiça Restaurativa

A Justiça Federal do Rio Grande do Sul implantou em 2017 o Projeto de Justiça Restaurativa no âmbito da 11ª Vara Federal Criminal e desde então vem desenvolvendo ações de formação e disseminação a respeito deste tema. Tais ações além de atender diretamente às atividades judiciárias, estão em consonância com as diretrizes de atuação nacional para o Poder Judiciário, como exposto na Resolução 225/2016 do CNJ.



The use of restorative justice in cases of corporate crime

Ivo Aertsen
KU Leuven Institute of Criminology
5 April, Justiça Federal, Porto Alegre

Seminário com Ivo Aertsen, realizada no dia 05/04/2018, no auditório da Subseção Judiciária de Porto Alegre.

ABAIXO, à esq.: mutirão de conciliação do Projeto Justiça Inclusiva.

Visando dar continuidade ao projeto, a JFRS realizou parceria com a instituição de ensino Faculdade de Direito da Universidade La Salle para a realização de dois seminários, contando com a participação de renomados pesquisadores no campo da justiça restaurativa da Europa e do Chile: o professor da Faculdade de Direito da Universidade de Leuven - Bélgica, Prof. Dr. Ivo Aertsen e os Profs. Dra. Daniela Bolívar e Dr. Ivan Navarro Papic.

Os eventos foram realizados em 5 de abril de 2018 e em 30 de abril de 2019, buscando atingir juízes federais, servidores da Justiça Federal, estudantes da Universidade La Salle e outras instituições de ensino superior, além do público externo de entidades relacionadas à Justiça Restaurativa.

9. Gestão de Risco

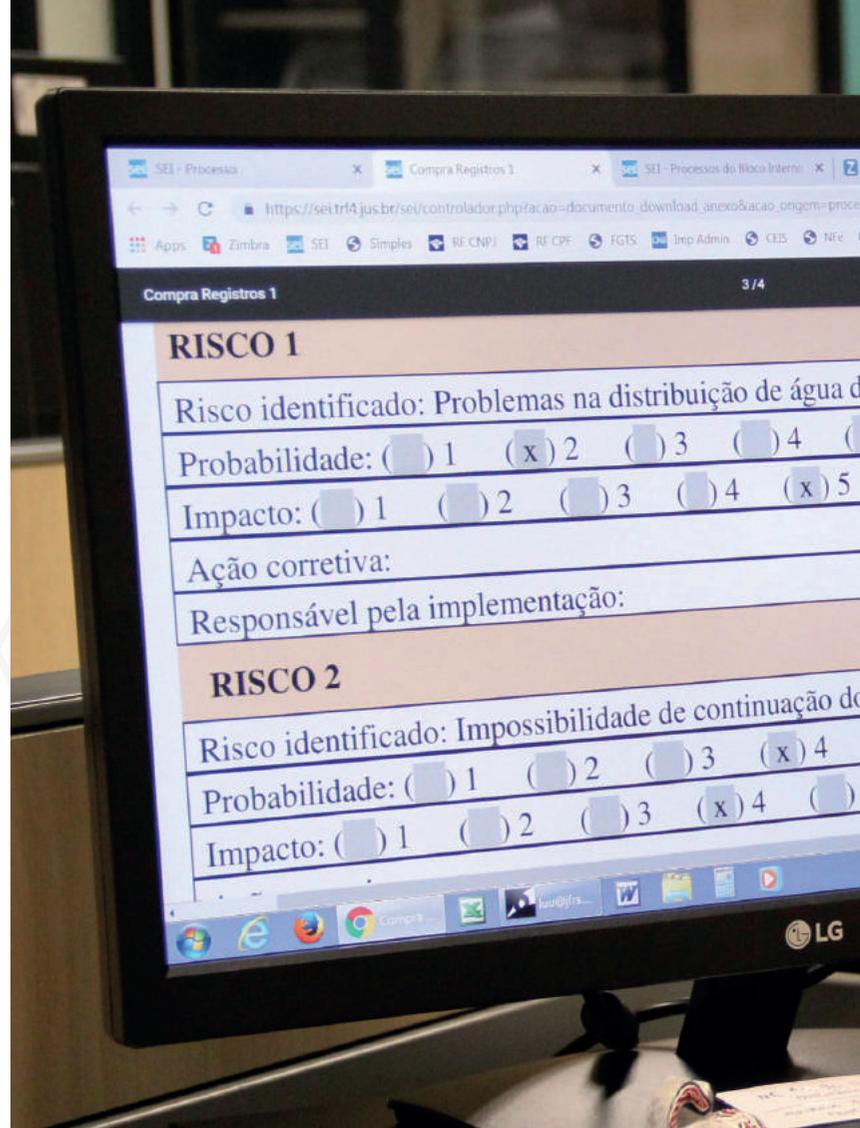
A Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, visando o controle na área administrativa desenvolveu e implementou ações para a apresentação de demandas, identificação e gerenciamento de riscos, padronização e formalização dos recebimentos e ressarcimentos referentes à ocupação de espaços nos imóveis da SJRS, ocupados pela Caixa Econômica Federal, contratação de coleta especial dos resíduos de serviço de saúde (RSS) gerados nas perícias médicas e na Seção Médica da SJ de Porto Alegre, a regularização e padronização das publicações oficiais e a utilização do G4, ferramenta de gestão administrativa.

9.1. Formulário de Gestão de Risco

A partir de iniciativa do Direção da Secretaria Administrativa, iniciou-se uma série de reuniões para estudar meios de minimizar os riscos inerentes às atividades do setor público.

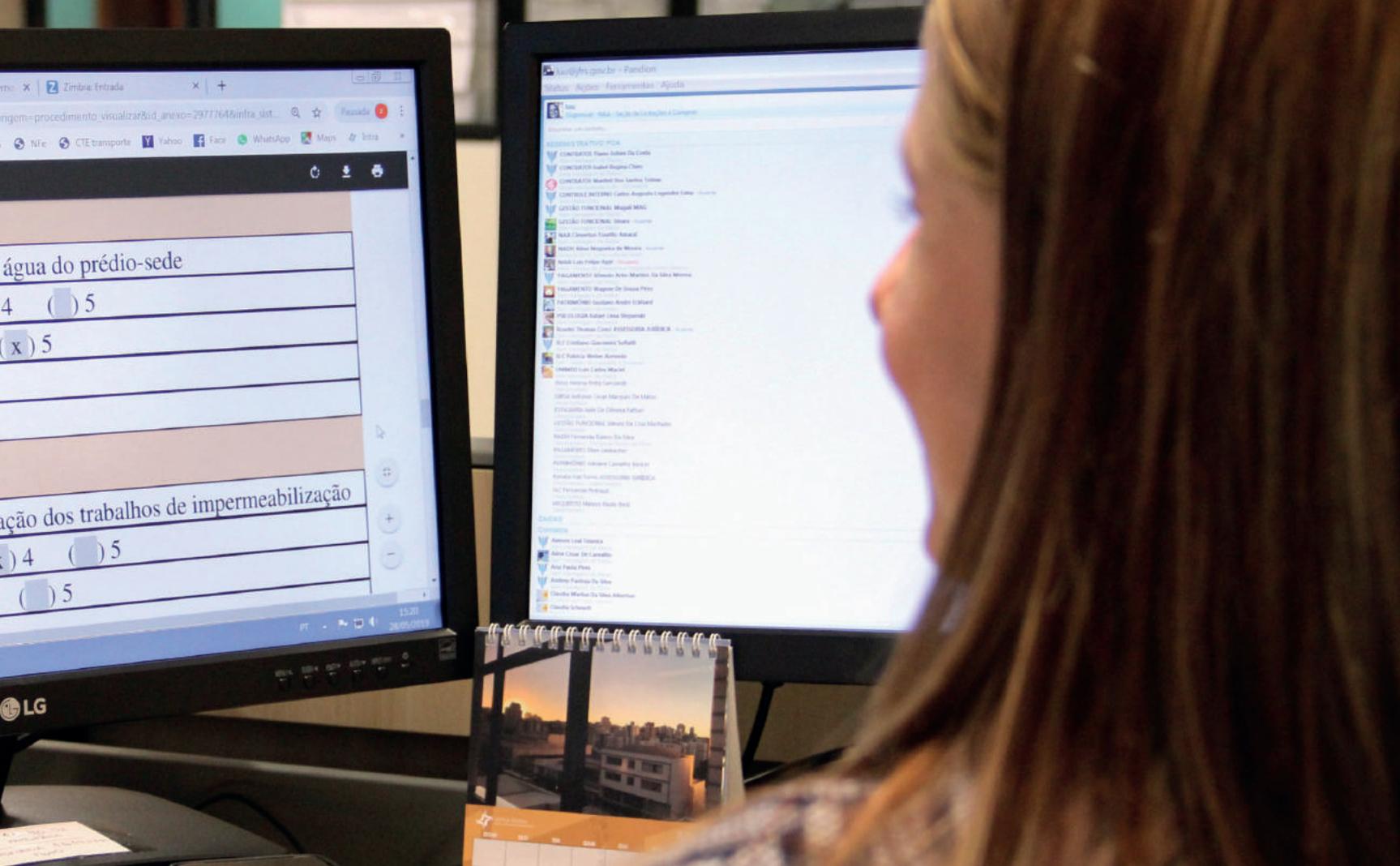
O Tribunal de Contas da União, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Conselho da Justiça Federal e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região indicam a necessidade de que a Administração Pública efetue a gestão e o controle da aplicação dos recursos públicos com base em risco.

A gestão de riscos diz respeito à melhoria contínua de processos de trabalho, projetos e



utilização eficaz dos recursos organizacionais por meio da incorporação da visão de riscos à tomada de decisões. Significa, ainda, aprimorar o sistema de controles internos da gestão, fortalecendo a prevenção e a adoção de respostas rápidas e eficazes a riscos em potencial.

Seguindo esses preceitos, o formulário, elaborado pela equipe a partir de um projeto estratégico, possibilita que o demandante avalie previamente



os riscos e contramedidas necessárias em face da aquisição/contratação solicitada, identificando possíveis pontos críticos.

O documento pode ser criado diretamente no SEI e é de uso obrigatório para todas as licitações e compras da SJRS. Nos casos de compra direta, ele deve ser acompanhado de orçamentos. Já no caso das licitações, devem ser anexados os valores estimados e o termo de referência.

Através do formulário mencionado, as demandas referentes a licitações encaminhadas ao NAA tornaram-se mais claras, permitindo àquele núcleo um melhor desenvolvimento da sua atividade.

O modelo do formulário está acessível no endereço da intranet: <https://intrars2.trf4.jus.br/wp-content/uploads/2018/07/09487a0e499abf518f123d43b5aa937f.pdf>

10. Novo portal da JFRS: mais acessível, responsivo e moderno

Lançado em 31 de maio de 2019, o novo portal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul trouxe inovações muito além da atualização visual. Os novos recursos implementados buscam aprimorar a experiência do usuário na principal ferramenta de comunicação e meio de acesso à prestação dos serviços da Justiça Federal gaúcha à população.

Desenvolvido pela equipe técnica do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) em combinação com a Seção de Comunicação Social (SECOS), a atualização do Portal se baseou no estudo das principais informações e serviços buscados pelos usuários do site no decorrer do ano de 2018. Neste ano, foram 3,5 milhões de páginas acessadas, 180 mil usuários/mês que têm a consulta processual, os cálculos judiciais e os dados sobre as unidades da Justiça Federal no Estado como itens de maior procura.

Um dado interessante deste estudo é o crescimento dos acessos através de aparelhos móveis, seguindo uma tendência já apontada no relatório TIC DOMICÍLIOS 2017, do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2017_coletiva_de_imprensa.pdf), o que reforçou a necessidade da garantia de uma experiência adequada às novas mídias.

O novo Portal preserva elementos visuais (palheta de cores, posição de elementos, organização de serviços) do layout lançado recentemente pelo

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (<https://www.trf4.jus.br>) de modo que o usuário constate que está no mesmo ramo do Poder Judiciário, mas navega em órgão diferente.

A nova apresentação das notícias e avisos da Seção Judiciária valoriza a cobertura fotográfica de eventos e informações relativas a julgamentos, temas jurídicos da atualidade e iniciativas institucionais. Já a publicação de avisos urgentes ganhou aparência destacada e posição privilegiada para comunicar com maior eficácia.

Carta de serviços

Alinhada à organização de conteúdos do TRF4, a nova página da Seção Judiciária também colocou em primeiro plano sua Carta de Serviços para um acesso ainda mais direto a atendimentos presenciais e online.

Tradutor de libras

O Censo de 2010 realizado pelo IBGE apurou existirem no Brasil 9,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva. Dessas, aproximadamente 2,1 milhões apresentam deficiência auditiva severa, situação em que há uma perda entre 70 e 90 decibéis (dB). Segundo a Federação Mundial dos Surdos (WFD, na sigla em inglês), 80% dos surdos de todo o planeta têm baixa escolaridade e problemas de alfabetização.



AUDIÊNCIAS



DIÁRIO ELETRÔNICO



PLANTÕES



CERTIDÕES



ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA



CÁLCULOS JUDICIAIS



PROGRAMA DE ESTÁGIOS



JURISPRUDÊNCIA



ACESSO À INFORMAÇÃO



sei!

CARTA DE SERVIÇOS ▾

CONSULTA PROCESSUAL

 Baixados/arquivados

PROCESSO ELETRÔNICO



VARAS FEDERAIS, ENDEREÇOS E TELEFONES

CANAIS DE ATENDIMENTO

SUORTE AO PROCESSO ELETRÔNICO

Telefones: (51) 3214-9033/9036

E-mail: processoeletronico@jfrs.jus.br

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Contato para Peritos e Defensores Dativos

Telefones: (51) 3214-9033/9036

E-mail: processoeletronico@jfrs.jus.br

ASSISTÊNCIA JURÍDICA VOLUNTÁRIA

Atende o público carente para ajuizamento de novas ações pelos Advogados voluntários

Telefones: (51) 3214-9091

E-mail: rspoaajv@jfrs.jus.br

FERTILIZAÇÃO



Justiça Federal em Bento Gonçalves (RS) garante direito de mulher receber óvulos doados pela irmã

7 de maio de 2019 - 12:08

A 1ª Vara Federal de Bento Gonçalves garantiu o direito de doação de óvulos de uma mulher para a irmã. Elas não conseguiam fazer o procedimento em [Bento Gonçalves](#) devido ao Conselho Federal de Medicina (CFM) ir [acessar link](#) e receptadores de gametas e embriões não conheçam a identidade um do outro. A sentença, publicada...



JUSTIÇA RESTAURATIVA

Seminário na JFRS apresenta a experiência chilena na implantação da Justiça Restaurativa na reinserção juvenil

2 de maio de 2019 - 16:33

SUSTENTABILIDADE

Justiça Sustentável: JFRS instala coletor de resíduos específicos para materiais



AVISOS

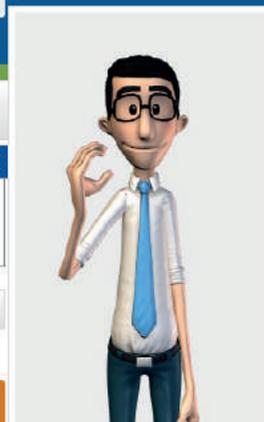
Telefone inoperante na UAA São Leopoldo

Em função de problemas técnicos, o telefone da Unidade Avançada de Atendimento (UAA) da Justiça Federal em São Leopoldo está inoperante. O contato com a unidade pode ser feito através do cel...

Autos Findos

Escolha a Subseção de seu interesse para acessar os editais e listagens de documentos administrativos e autos eliminados na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. PORTO ALEGRE BENTO GONÇALVES ...

[▶ TODOS OS AVISOS](#)



© Hand Talk



A tradução do conteúdo do Portal para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) procura atender a este público além de obedecer à legislação de acessibilidade que determinou que deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão de Libras como meio de comunicação objetiva (Decreto nº 9.656, 27/12/2018.)

O novo Portal da JFRS contratou a Hand Talk, startup que utiliza inteligência artificial para traduzir textos do português para a Libras.

A plataforma, fundada em 2012, que possibilita a comunicação de pessoas com deficiência auditiva foi uma das 20 vencedoras do Desafio Google de Impacto em IA, que tem como objetivo premiar iniciativas tecnológicas de impacto social do mundo todo.

O aplicativo Hand Talk, quando ativado, insere em todas as páginas do site o personagem Hugo, que traduz por demanda os trechos de textos selecionados.

Autenticação e autorização aprimoradas

A partir de agora a autenticação e autorização dos usuários publicadores no Portal será feita através do controlador de domínio Active Directory (AD), garantindo os mesmos patamares de segurança já aplicados na infraestrutura e demais sistemas institucionais. Além disso, esta evolução facilitará a gestão de acesso à área de administradores do Portal e o controle dos diferentes perfis dos usuários.

Plataforma em software livre

Desde 2013 a JFRS adotou e personalizou o Wordpress como gerenciador de conteúdo. É o CMS (Content Management System ou Sistema de Gerenciamento de Conteúdo) mais utilizado na internet, de código aberto e que se mostrou de fácil aprendizado para os publicadores e desenvolvedores.

Esta escolha permitiu a utilização de funcionalidades já disponíveis na comunidade Wordpress, tais como o leitor de páginas que permite ao usuário ouvir o conteúdo das notícias e o sistema push (notificações) para navegadores desktops e smartphones.

Versão para telefones celulares, tablets e monitores de baixa resolução

O novo Portal aprimorou ainda mais experiência de usuários que navegam em smartphones. A responsividade do site é uma exigência quando cerca de 23% dos acessos é realizado por dispositivos móveis. Com esta mesma preocupação, as páginas também se adaptam a telas de diversos tamanhos e diferentes resoluções.

Acessibilidade

O desenvolvimento do novo Portal da JFRS atendeu aos padrões Web do W3C (World Wide Web Consortium), que orientam desenvolvedores para o uso de boas práticas que tornam a web acessível à qualquer pessoa, independente do seu tipo de deficiência e dispositivo de navegação.

O site ainda foi submetido ao Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios (ASES),

ferramenta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que permite, como diz o nome, avaliar, simular e corrigir a acessibilidade de páginas segundo recomendações contidas no Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG).

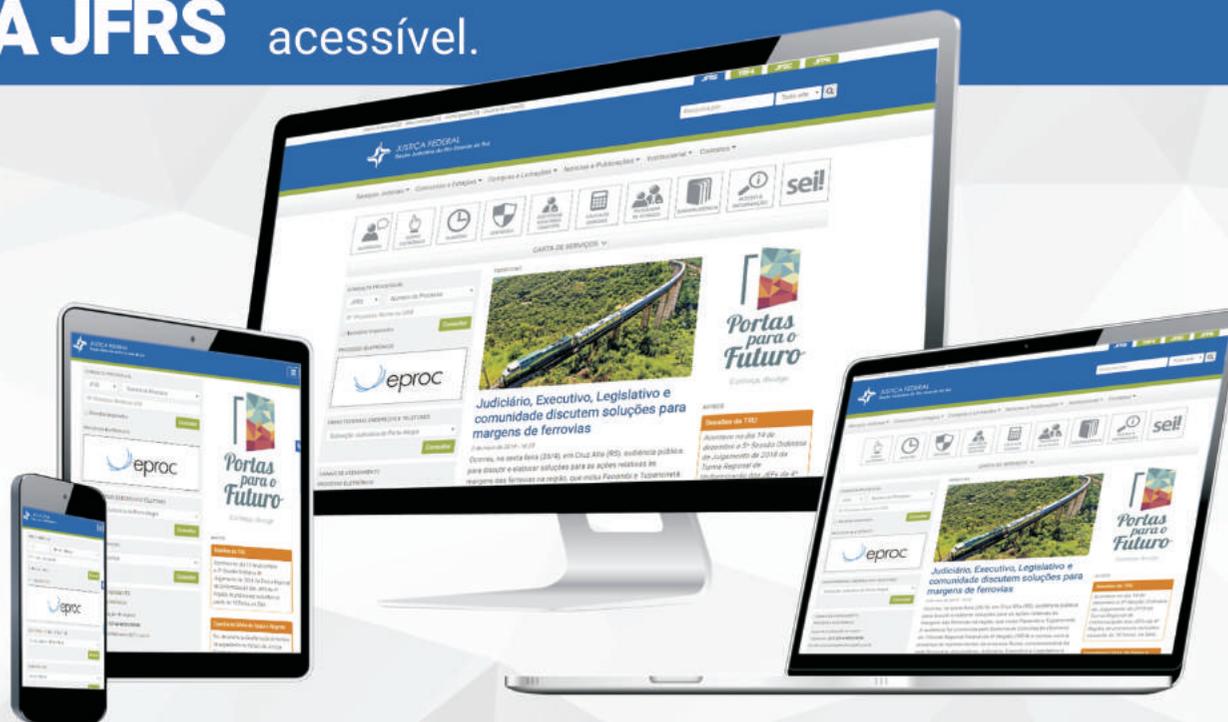
As taxas de Avaliação obtidas, que indicam o nível de acessibilidade do site, foram próximas a 95%. Funcionalidades como o aumento de tamanho de fonte, tela em alto-contraste e tons de cinza também foram implementadas nesta nova versão.

Busca segmentada por serviços, notícias e avisos

Tendo em vista a grande quantidade de conteúdos publicados no Portal da JFRS, a partir desta nova versão, a busca passa ser segmentada por tipo de publicação, permitindo que o usuário vá direto ao sistema ou conteúdo que procura, facilitando assim o acesso à informação pretendida pelo usuário.

NOVO PORTAL DA JFRS

Mais moderno, mais responsivo e ainda mais acessível.



11. Responsabilidade Socioambiental

A Comissão de Responsabilidade Socioambiental é integrada pela Juíza Federal Substituta Ana Inés Algorta Latorre, presidente da comissão, e pelos servidores Bianca Carrard Scherer, Cláudia Marlise da Silva Alberton, Erica de Fátima Nobre Bueno de Oliveira, Juliana Mayer Goulart, Karina Guilhermano da Silva, Luigi Frusciante Filho, Luis Carlos Silva Maciel, Renata de Souza Dias Gay da Fonseca, Renata Vial Torres, Rosaura Klein Hoerlle Borges, Silvana Fernandes da Silva, Suze Pereira Justino Silveira, nos termos da Portaria 981, de 17 de julho de 2018.

A Comissão reuniu-se com a Diretora do Foro em julho de 2017 para apresentar os projetos desenvolvidos pelos integrantes da comissão. A partir dessa reunião, as ações anuais permanentes desenvolvidas pelo grupo passaram a ser: Feira de Natal Solidária; doação de material escolar para os filhos dos funcionários terceirizados; Natal solidário das casas-abrigo; recolhimento de tampinhas plásticas.

A Feira de Natal Solidária, realizada no final de cada ano, passou a exigir, como contrapartida do feirante candidato a expor seus produtos, a doação de itens de material escolar para confecção de kit. Com essa contribuição dos feirantes pelo uso do espaço, tornou-se possível atender à doação de material escolar para os filhos dos funcionários terceirizados, que ocorre no final do mês de janeiro de cada ano. Na Feira de Natal Solidária são expostos itens artesanais.

A doação de material escolar, a partir dos itens doados pelas feirantes da Feira de Natal Solidária,



Entrega das doações de Natal, realizada no dia 21/12/2018, para crian

objetiva incentivar a dedicação das crianças ao estudo, fomentando o seu desenvolvimento intelectual.

No final de cada ano há, ainda, o Natal solidário das casas abrigo, oportunidade em que os magistrados e servidores escolhem uma carta de Natal confeccionada pelas crianças abrigadas e fazem as vezes do Papai Noel.

Trata-se de uma das ações mais típicas da instituição e costuma ser muito bem sucedida, com a participação de um grande número de magistrados e servidores. Os presentes são



crianças e famílias na Casa de Acolhimento Madre Giovanna, no Morro da Tuca

encaminhados às casas-lar participantes no período de recesso, com o auxílio de servidores que se voluntariam para a entrega.

O recolhimento das tampinhas plásticas é feito como forma de incentivar a preservação do meio-ambiente e de gerar renda às instituições que se beneficiam com a troca desse material. Normalmente, essas instituições promovem trabalhos sociais dos mais variados tipos e essa renda auxilia a sua manutenção.

A despeito da fixação de tarefas fixas a serem realizadas ao longo do ano, houve energia, ainda,

para campanhas de arrecadação de chocolates para presentear os funcionários terceirizados na Páscoa e campanhas de recolhimento de brinquedos novos ou usados para doação em razão do dia da criança.

Há, ainda, a Festa de Natal dos funcionários terceirizados, que é organizada por todos os servidores e magistrados que integram a Justiça Federal de Porto Alegre. A festa somente se realiza em razão das doações dos magistrados e servidores ao Papai Noel que costuma visitar as unidades.

12. Outras Ações de Responsabilidade Social

Durante a gestão 2017-2018, a atenção da Administração, além do foco em melhorias institucionais para otimizar a prestação jurisdicional, também voltou seu olhar para os funcionários que atuam na instituição na condição de terceirizados. Para tanto, houve incentivo para que a empresa contratada realizasse treinamento de seus funcionários na área de segurança do trabalho.

Em novembro de 2018 foi realizada a entrega da certificação de treinamento pelo Técnico em Segurança do Trabalho da empresa aos colaboradores terceirizados da JFRS em Porto Alegre.

O treinamento foi ministrado para as funções Auxiliares de Limpeza, Copeiras e equipe de Supervisão, abordando os aspectos de Segurança do Trabalho das normas NR1 (disposições gerais) e NR6 (equipamentos de proteção individual).

Além disso, os terceirizados foram convidados a participar do Projeto Futuridade, que tratou da questão da sustentabilidade, dentre as ações de gestão ambiental. Os funcionários terceirizados que participaram das oficinas do Projeto Futuridade receberam certificados de qualificação.

Ao todo, a diretora do Foro da SJRS, juíza federal Daniela Tocchetto Cavalheiro, entregou 9 certificados a colaboradores das áreas de digitalização, suporte técnico e serviços gerais.

Os certificados referem-se à participação nas palestras e oficinas de sustentabilidade do Projeto em 2018. Os temas abordados incluíram, entre outros, compreender o impacto individual na coletividade, fazer escolhas mais sustentáveis e alternativas sustentáveis para pessoas que vivem em áreas urbanas.

Outubro Rosa

Na capital, foi possível realizar ações preventivas em relação ao câncer de mama junto às terceirizadas, com a participação das servidoras. Rosane Clarice Kich e Carla Theresinha Schwarz, enfermeira e técnica de enfermagem respectivamente.

Elas explicaram os principais indicativos de modificação nas mamas, como nódulo fixo e indolor, e alertaram sobre os fatores de risco da doença. Além disso, fizeram circular entre os participantes a “mamamiga”, material que ajuda a identificar sinais de alerta.

Novembro Azul

Os funcionários terceirizados também tiveram seu dia de cuidado, que envolveu a verificação de peso, altura e circunferência abdominal, além de mediação de pressão arterial. Os homens que passaram pela Seção de Saúde também receberam orientações sobre a prevenção primária de saúde.



*Oficina realizada no dia
26/10/2017 pela Seção de Saúde,
em alusão ao Outubro Rosa*



*Copeiras terceirizadas recebem
certificados de treinamento*



*Dia do Cuidado com os funcionários terceirizados,
realizado em 22/11/2017*

Considerações Finais

Muitas foram as oportunidades de colaborar para o desenvolvimento da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Dentre as conquistas mais gratificantes, destaco o Futuridade, *Fábrica de Futuro: Fabricante Você*, que envolveu diversos servidores voluntários para a execução de cada um dos objetivos traçados, nos diversos eixos estabelecidos pela agenda A3P. Trabalhar conjuntamente com colegas e servidores não apenas teve reflexo no sucesso do próprio projeto, como resultou em ganho de qualidade aos servidores participantes, aumentando a sensação de pertencimento e engajamento com os destinos da instituição.

Em termos de gestão, foi a adoção da prática da horizontalização de decisões, criando uma espécie de efeito 'ganha-ganha' onde ganham os servidores envolvidos e ganha o gestor ao tomar decisões amparadas pelo coletivo.

Outro projeto que muito honrou a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul foi o *Portas para o Futuro*, resultado de convênio com Ministério Público Estadual, CIEE e Banrisul, oportunizando experiência profissional aos jovens oriundos de casas de acolhimento.

Com a conclusão destes projetos, alcançamos diversos objetivos traçados pelo ONU como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Agradeço, sinceramente, a oportunidade de ter contribuído para a instituição em todos os pontos trazidos neste relatório, mas a maior honra que me coube neste período foi ter tido o privilégio de conhecer e dividir idéias e angústias com cada um dos colaboradores desta gestão. Vocês tornaram esse período de inspiração e transpiração muito mais leve e produtivo. Sintam-se todos abraçados.

Muito ainda precisa, e pode ser feito; assim, desejo enorme sucesso às próximas gestões.

Como legado, eu levo como ensinamento a certeza de que o grupo é sempre mais inteligente do que o mais inteligente do grupo.

A Administração somos todos nós!

Minha profunda gratidão.



*Equipe da Área Administrativa da Seção Judiciária
do Rio Grande do Sul, em 19/12/2018*





